

2010

OS NÚMEROS DO NOSSO

PRESENTE

SÃO A INSPIRAÇÃO PARA O NOSSO

FUTURO.

VERSÃO DIGITAL

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

DESBAN - FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL

sumário

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

01.

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

02.

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

03.

PLANO ASSISTENCIAL

04.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

2010

DESBAN - FUNDAÇÃO BDMG DE SEGURIDADE SOCIAL

05.

DESPESAS COM A ADMINISTRAÇÃO
DOS PLANOS

06.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

07.

PARECERES E MANIFESTAÇÕES

MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

A DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social - foi constituída em 1977, com o objetivo de complementar a aposentadoria do sistema de previdência oficial e, assim, assegurar aos funcionários do BDMG uma aposentadoria com qualidade de vida e segurança. Após 33 anos, a Fundação exibe um grau de maturidade pouco comum entre as entidades de previdência complementar, com 385 aposentados e 62 pensionistas, o que significa que, do total de 853 participantes ativos e assistidos, 52,5% já recebem benefícios continuados.

Encerramos mais um ano de muito trabalho e grandes conquistas, marcado pela instabilidade econômica frente à crise mundial, em especial na Europa, e, no Brasil, particularmente pelo clima das eleições que se traduziu em incertezas e expectativas. Dentre os fatores internos que impactaram o resultado da Entidade merecem destaque: a implantação do novo Plano de Cargos e Salários do Patrocinador BDMG que contribuiu para o aumento da Reserva de Benefícios a Conceder, a alteração da taxa de administração de 15% para 9%, o reajuste das contribuições dos participantes ativos, assistidos e patrocinadores a partir de 2011 e o desempenho dos investimentos do Plano que alcançaram rentabilidade de 13,61% superando o mínimo atuarial de 11,45%. Diante desse cenário, o Plano encerrou o ano em equilíbrio.

Gostaríamos de destacar que foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC - o novo Plano de Benefícios Previdenciários BDMG – CV. Trata-se de um plano de Contribuição Variável, formatado dentro de uma regulamentação atual, flexível e compatível com as exigências do mercado. Esse novo plano busca combinar as melhores características de um plano de Benefício Definido, como a oferta de cobertura de benefícios de riscos (auxílio doença, invalidez e pensão por morte) e o recebimento de benefícios em regime de renda vitalícia, como as de um plano de contribuição definida que, no período de acumulação, apropria-se de toda a rentabilidade obtida pelos investimentos em uma conta de reserva individual. Concebido dentro de critérios bastante conservadores, o novo Plano prevê taxa de juros de 4%a.a., IPCA como índice de correção de benefícios, tábua de mortalidade AT2000 desagravada de 2 anos, dentre suas principais características. Começa para a Entidade um novo desafio de administrar mais um plano de benefícios, com características distintas e expectativa de crescimento.

Aproveitamos a oportunidade para lembrar que a DESBAN, por imposição legal e com o objetivo de equacionar o déficit apurado na avaliação atuarial de 2009 e, dessa forma, manter o Plano em equilíbrio, promoveu aumento das contribuições de participantes ativos, assistidos e patrocinadores, a partir de 2011, conforme amplamente divulgado.

No tocante ao Plano Assistencial a DESBAN incorporou novos procedimentos, ampliou a rede de serviços e de profissionais credenciados de diversas especialidades ao firmar novos convênios e elevou em 50% o valor da consulta paga aos profissionais, o que certamente trará reflexos na qualidade do atendimento. Além disso, concluiu a implantação do Programa Doutor Família criando, a partir de um *check-up* completo e gratuito para aqueles que aderiram ao programa, um prontuário eletrônico com todos os dados mapeados e disponíveis, facilitando o acompanhamento médico desses usuários.

Finalmente, agradecemos o incentivo e o apoio do Patrocinador, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, que sempre se fizeram presentes. Nossos agradecimentos ao participante ativo e assistido, pela compreensão e pelos trabalhos realizados em 2010; e, finalmente, aos funcionários da DESBAN pelo espírito de equipe e profissionalismo.

PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

2.1. Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG

A DESBAN é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, tendo como patrocinadores o BDMG, na qualidade de instituidor, e por adesão, a própria Fundação.

Em 2010, a Fundação administrava um único plano, o Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG, sendo a inscrição facultada a todos os empregados dos patrocinadores que se enquadrem como segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

O Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG é um plano de caráter contributivo, custeado de forma paritária pelos patrocinadores, participantes ativos e assistidos, conforme determina a Emenda Constitucional nº 20/98. O direito de aposentadoria para os participantes é caracterizado como de benefício definido, ou seja, a fórmula que será utilizada para definição da complementação DESBAN é previamente determinada no momento da inscrição.

O financiamento do Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG é elaborado com base no cálculo atuarial. Isso significa que para a determinação do seu custo são utilizados modelos estatísticos e de probabilidades, pelos quais é possível projetar o comportamento futuro dos fluxos de caixa do Plano, a partir de premissas previamente fixadas.

Todos os benefícios da Previdência Social assegurados aos empregados dos patrocinadores são processados pela DESBAN, por força do convênio firmado com o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, desde 1980. Esse convênio autoriza a Fundação a receber e conferir a documentação exigida pelo INSS para fins de requerimento de auxílio-doença, aposentadorias e pensão por morte, resultando em rapidez e segurança no processamento e pagamento dos benefícios. Enquanto aguarda a concessão do benefício no INSS, o participante ou os beneficiários, no caso de falecimento do participante, não sofrem interrupção do pagamento, uma vez que a DESBAN concede adiantamento do benefício para posterior acerto com o Instituto.

Cumprindo dispositivos legais, o Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG está inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das entidades fechadas de previdência complementar sob o nº 19.790.036 – 29.

O Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG, em dezembro de 2010, tinha 853 participantes, sendo 406 participantes em atividade, 385 aposentados e 62 pensões que beneficiam 74 pensionistas, o que gera uma relação de 0,89 participante ativo para cada assistido.

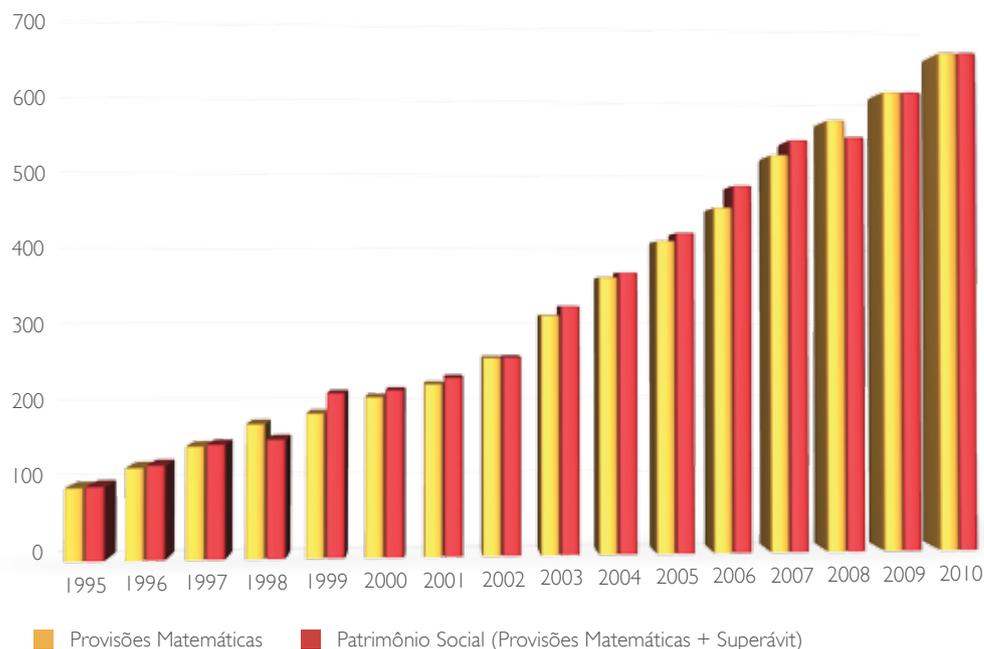
2.2 Situação dos Recursos Garantidores

Os recursos garantidores dos compromissos previdenciais do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG são compostos pelos investimentos, adicionadas as disponibilidades e deduzidos os valores a pagar, classificados no exigível operacional, tendo atingido o montante de R\$ 634,9 milhões, em 31 de dezembro de 2010.

As Provisões Matemáticas atingiram o montante de R\$ 635,3 milhões (em dez/09, R\$ 588,5 milhões) e o superávit técnico de R\$ 291,4 mil (em dez/09, de R\$ 108,9 mil), conforme apresentado no gráfico 1.

As provisões matemáticas representam os compromissos com pagamentos dos benefícios futuros assegurados pelo Plano, líquidos das contribuições futuras de patrocinadores e de participantes e são calculadas a partir de hipóteses atuariais e da massa de participantes.

Gráfico 1 - Evolução do Patrimônio Previdencial



2.3. Receitas e Despesas Previdenciais

A tabela 1 apresenta as receitas do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG ao longo do exercício de 2010.

Tabela 1 - Receitas Previdenciais ao Longo do Exercício de 2010

Valores em R\$ mil	
DESCRIÇÃO	RECEITA
1 - PATROCINADORES	5.243
BDMG	5.148
DESBAN	95
2 - PARTICIPANTES	5.447
BDMG	5.163
DESBAN	98
Autopatrocinados	186
3 - OUTROS RECURSOS CORRENTES	55
TOTAL	10.745

Na tabela 2 tem-se o demonstrativo das despesas previdenciais do Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG contendo o pagamento dos benefícios no exercício de 2010, por tipo de benefício.

Tabela 2 - Despesas Previdenciais ao Longo do Exercício de 2010

Valores em R\$ mil

Descrição	Despesa
Aposentadorias	34.269
Pensões	2.435
Auxílios-Doença	205
Pecúlios	238
Reserva de Poupança	155
Total	37.302

2.4. Estatística da Massa

A tabela 3 demonstra a evolução da massa de participantes e assistidos da DESBAN. A tabela contém ainda as ocorrências de pecúlio e resgate nos referidos anos.

Tabela 3 – Estatística de Massa

MASSA		2010	2009
Participantes *	Ativos	390	422
	Autopatrocinados	11	13
	Auxílio-doença	5	2
TOTAL DE PARTICIPANTES		406	437
Assistidos	Aposentado - tempo de contribuição	365	341
	Aposentado - idade	1	1
	Aposentado - invalidez	18	18
	Aposentado - especial	1	1
	Pensionistas **	62	61
Total Assistidos	447	422	
Total Geral	853	859	
OCORRÊNCIAS			
Pecúlios	2	3	
Resgates	9	9	

* Incluído 1 participante, que teve sua inscrição cancelada sem devolução da reserva de poupança por motivo de manutenção do vínculo empregatício com o patrocinador.

** Os dados registrados no campo de pensionistas correspondem ao número de participantes que geraram as pensões.

2.4.1. Estatísticas da Massa de Participantes Ativos

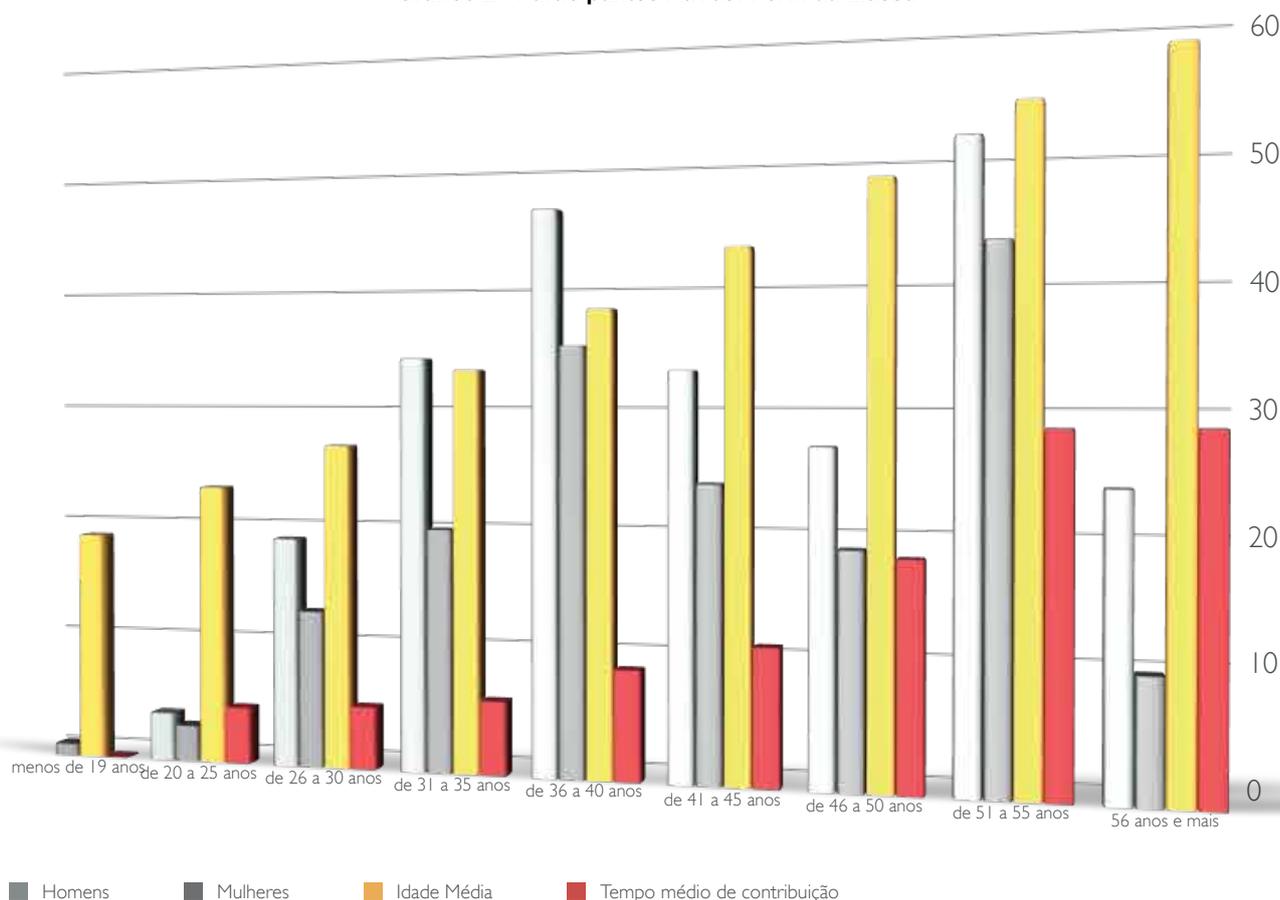
Em 31/12/2010, o Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG possuía 406 participantes em atividade, sendo considerados como participantes ativos os que não estão em gozo de aposentadoria de qualquer espécie.

A tabela 4 e o gráfico 2 a seguir registram o perfil da massa de ativos do Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG.

Tabela 4 – Perfil da Massa de Ativos

Faixa Etária	Frequência total	Idade Média	Tempo médio de contribuição em anos
menos de 19 anos	1	19,00	0,07
de 20 a 25 anos	7	23,22	4,69
de 26 a 30 anos	32	26,81	5,17
de 31 a 35 anos	54	33,06	6,08
de 36 a 40 anos	81	37,96	9,02
de 41 a 45 anos	57	42,75	11,18
de 46 a 50 anos	46	47,96	18,36
de 51 a 55 anos	94	53,55	28,53
56 anos e mais	34	57,47	28,57
Geral	406	43,29	15,71

Gráfico 2 - Participantes Ativos: Perfil da Massa

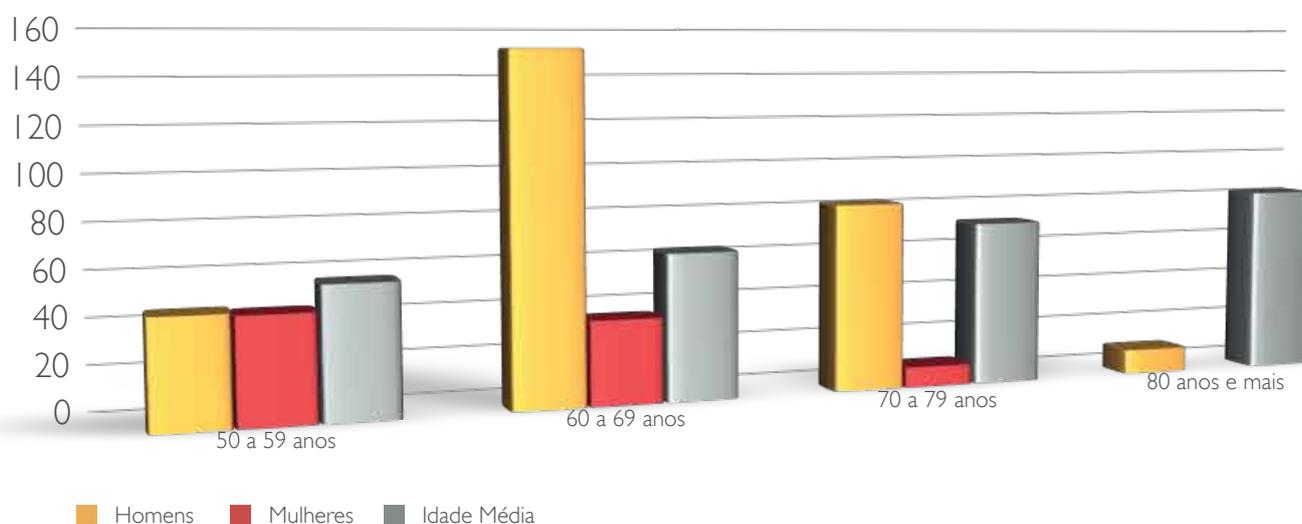


2.4.2. Estatísticas da Massa de Participantes Assistidos

Em 31/12/2010, o Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG possuía um total de 447 assistidos, dos quais 385 são participantes em gozo de complementação de aposentadorias por invalidez, por idade, por tempo de contribuição, especial e 62 ex-participantes que geraram 74 beneficiários em gozo de complementação de pensão por morte. Em geral, a pensão é vitalícia para cônjuge ou companheiro(a) e temporária para os filhos e enteados solteiros. Os gráficos 3 e 4 a seguir exibem a distribuição etária de aposentados e pensionistas.

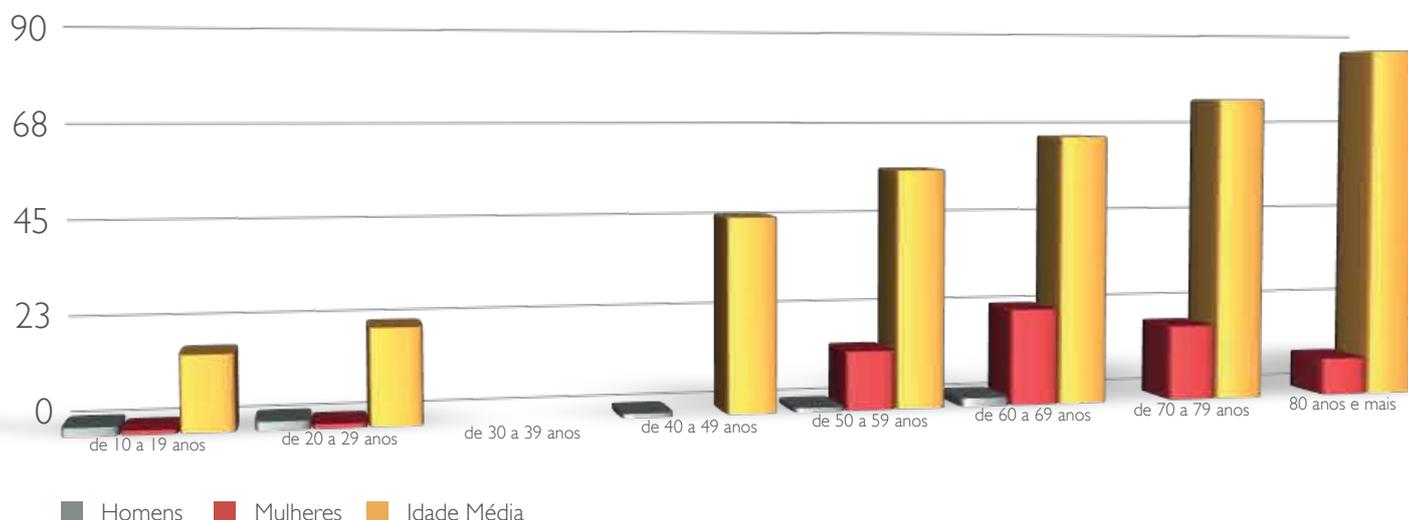
Aposentados:

Gráfico 3 – Aposentados: Perfil da Massa



Pensionistas:

Gráfico 4 – Pensionistas: Perfil da Massa



2.5. Resultados da Avaliação Atuarial – 2010

Cumprindo exigência legal contida na Lei nº 109/01 e no Regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG foi processada a Avaliação Atuarial – 2010, tendo como base as informações cadastrais dos participantes ativos em setembro/2010 e dos assistidos abrangidos pelo plano em novembro/2010, pela empresa de consultoria externa contratada pela DESBAN, RODARTE CONSULTORIA EM ESTATÍSTICA E SEGURIDADE LTDA.

A Avaliação teve por objeto a análise das hipóteses atuariais, com o objetivo de fixar as projeções da evolução do plano, buscando a manutenção do seu equilíbrio atuarial e financeiro.

2.5.1. Diagnóstico Atuarial

Na avaliação atuarial do exercício de 2010, as premissas (hipóteses) que sofreram alteração em relação a 2009 foram a da rotatividade e a do crescimento real de salário, além das atualizações cadastrais, incluídas as novas adesões e baixas ocorridas no decorrer do período, fechando o ano com as provisões matemáticas em R\$ 635,3 milhões e com um superávit técnico de R\$ 291,4 mil.

No plano de custeio do exercício de 2010 foi aprovado a alteração das contribuições dos patrocinadores, participantes e assistidos, com vigência a partir do exercício de 2011, a saber:

- A partir do exercício de 2011, a contribuição normal dos patrocinadores, participantes e assistidos será acrescida em 8,25% (oito vírgula vinte e cinco por cento) sobre as contribuições geradas pelo Plano de Custeio vigente em 2010;
- A partir do exercício de 2012, a contribuição normal dos patrocinadores, participantes e assistidos será novamente reajustada em 9,24% (nove vírgula vinte e quatro por cento), tendo como base as contribuições geradas pelo Plano de Custeio vigente em 2011.

2.5.2. Situação do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG

Tabela 5 – Provisões Matemáticas

Valores em R\$ mil

Discriminação	Posição do Exigível Atuarial - 2010	Posição do Exigível Atuarial - 2009
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	442.177	397.032
Benefícios do Plano	474.424	423.466
Contribuição do Patrocinador sobre Benefício	(32.247)	(26.434)
BENEFÍCIOS A CONCEDER		
Benefícios do Plano com a Geração Atual	193.157	191.524
Contribuições dos patrocinadores sobre Benefícios da Geração Atual	266.526	243.736
Outras Contribuições da Geração Atual	(19.724)	(16.859)
	(53.645)	(35.353)
PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(0)	(92)
Serviço Passado	(0)	(92)
Provisões Matemáticas	635.334	588.464

PLANO ASSISTENCIAL

3. Plano Assistencial

3.1. Programa de Promoção à Saúde – Pro-Saúde

O Pro-Saúde é um plano privado de Assistência à Saúde na modalidade de autogestão, conforme previsto na Lei 9656/98. É custeado pelo BDMG, pela DESBAN e pelos usuários ativos, assistidos e autopatrocinados, tendo por objetivo oferecer cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológica aos usuários inscritos e aos seus dependentes.

O plano de saúde, vigente desde 2000, está registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº. 448.709/04-5. Como operadora do plano, a DESBAN – Fundação BDMG de Seguridade Social se encontra registrada na ANS sob o nº. 35.766-9.

Em 2010, ao completar seu décimo primeiro ano de funcionamento, o Pro-Saúde apresenta equilíbrio econômico, financeiro e atuarial, dispondo de Patrimônio Social no valor de R\$ 18.315 mil e provisões técnicas no valor de R\$ 570 mil, em cumprimento à Resolução Normativa nº 209/2009 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Os gráficos 5 e 6 abaixo demonstram a composição etária e por grupo de usuários do plano de saúde.

Gráfico 5 - Distribuição por faixa etária

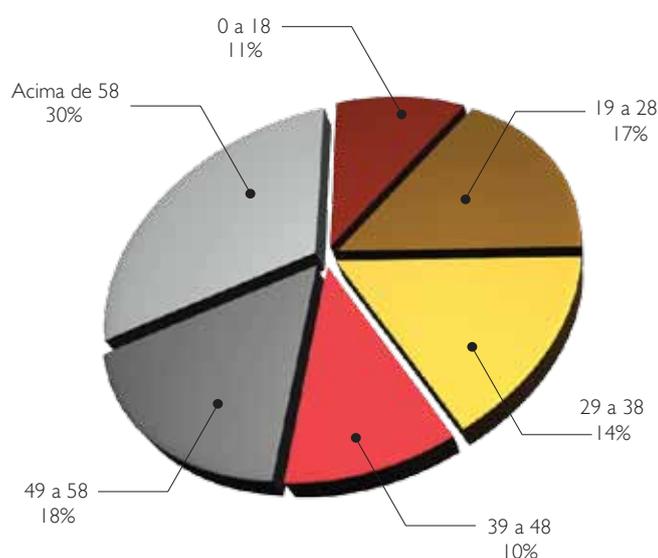
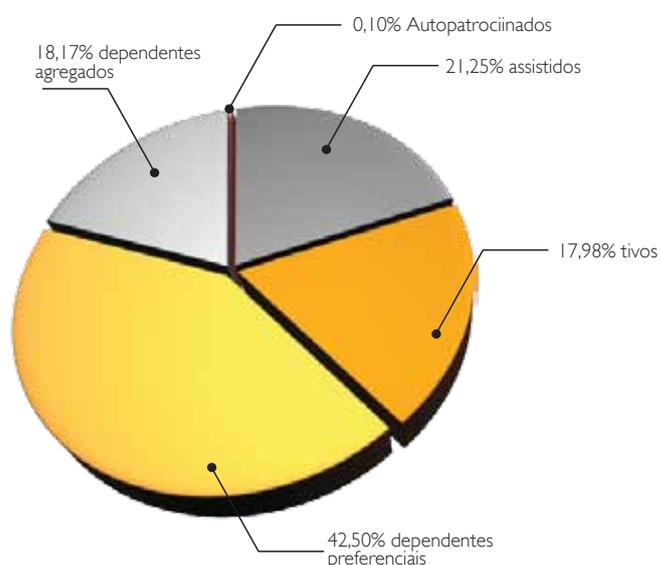


Gráfico 6 - Distribuição por grupos de usuários do Plano de Saúde



A tabela 6 apresenta os gastos e a quantidade de procedimentos realizados nos anos de 2009 e 2010.

Tabela 6 – Serviços Prestados

Valores em reais

PROCEDIMENTOS	2009		2010		%
	QUANTIDADE	VALOR R\$ (a)	QUANTIDADE	VALOR R\$ (b)	(b/a)
CONSULTAS MÉDICAS	10.118	398.654,11	10.448	578.011,40	45%
EXAMES	32.049	987.162,73	41.959	1.460.287,95	48%
INTERNAÇÕES	461	1.663.250,80	354	2.142.336,66	29%
REEMBOLSOS	3.145	128.995,65	3.807	203.149,50	57%

Conforme Tabela 6, as consultas apresentaram uma variação de 40%, passando de um valor unitário médio de R\$ 39,40 em 2009 para R\$ 55,32 em 2010. Os exames apresentaram uma elevação de 31% na quantidade e 48% em termos de valor, ou seja, elevação de 13% no valor unitário médio. Quanto às internações, observou-se redução na quantidade de 23% e aumento no valor de 29%, significando uma elevação da conta média de 68%, passando de R\$ 3.607,92 em 2009 para R\$ 6.051,80 em 2010. Já relativamente aos reembolsos, o valor unitário médio aumentou em 30%, refletindo o aumento tanto na quantidade (21%) quanto no valor reembolsado (57%).

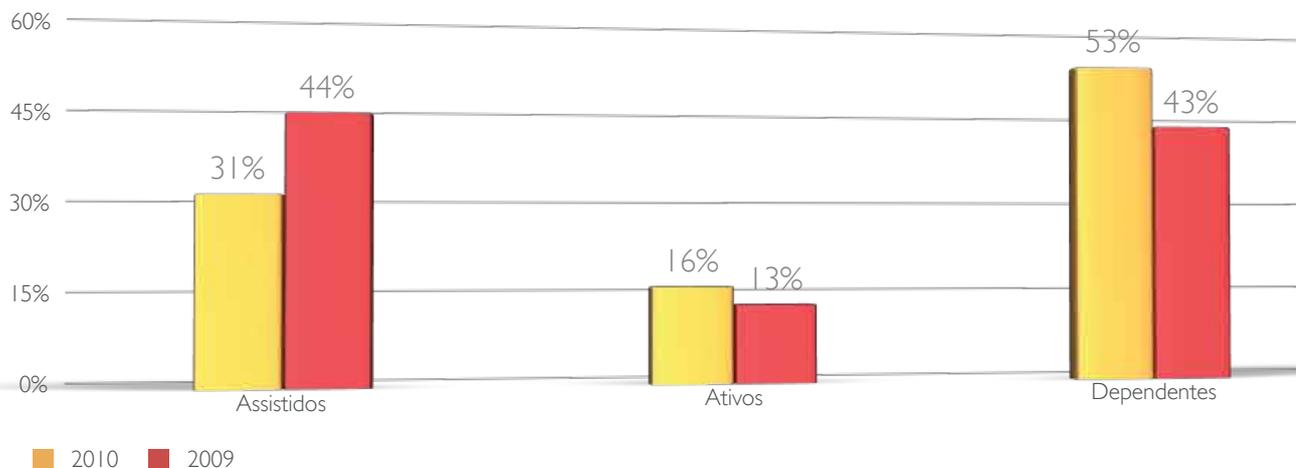
A tabela e o gráfico 7 registram a utilização média e o custo por grupo de usuários do Pro-Saúde.

Tabela 7 – Utilização Média

Procedimentos	2009		2010		%
	Quantidade	Valor R\$ (a)	Quantidade	Valor R\$ (b)	(b/a)
Consultas Médicas por Usuário	4,81	189,59	5,05	279,37	47%
Exames por usuário	15,24	469,41	20,28	705,85	50%
Exames por consulta	3,17	97,64	4,02	139,91	43%
Internações por usuário	0,22	791,02	0,17	1.035,53	31%

Ressalta-se que em 2009 gastou-se R\$ 2,48 em exames para cada R\$ 1,00 em consultas. Em 2010 essa relação foi de R\$ 2,53.

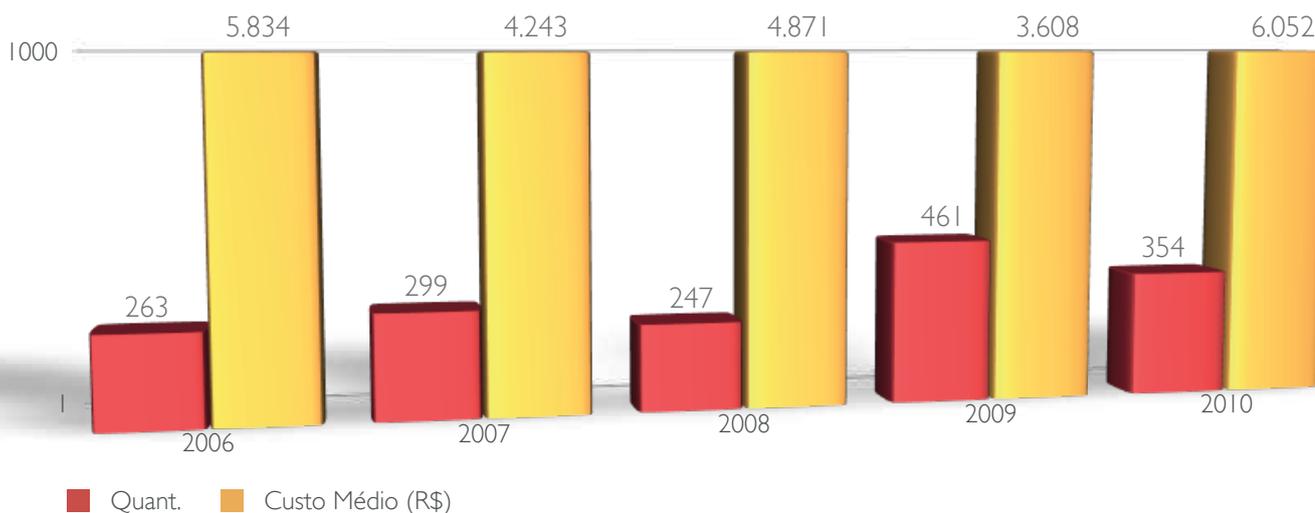
Gráfico 7 – Custo por grupo de usuários que utilizaram o Pro-Saúde



Nota: Excluídos os custos do plano odontológico

O gráfico a seguir apresenta o comportamento da variável internação nos últimos 5 anos.

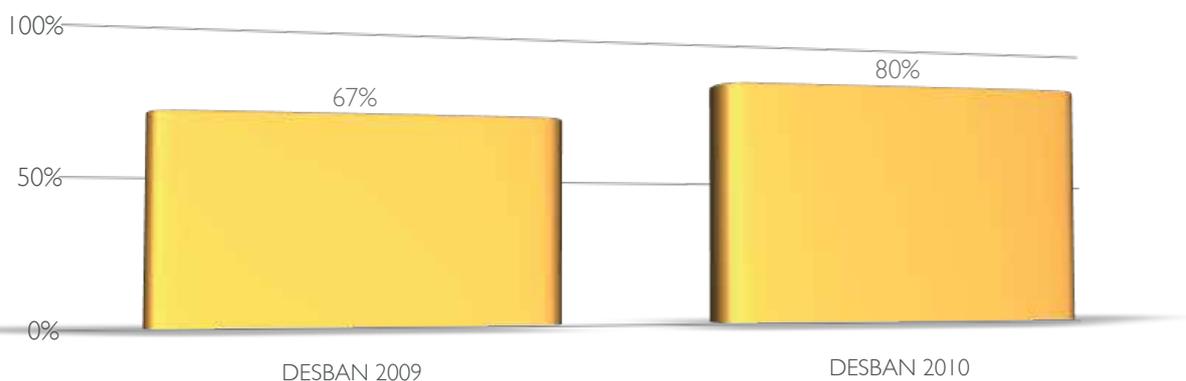
Gráfico 8 - Internações Hospitalares



3.1.1 Sinistralidade do Pro-Saúde

A sinistralidade mede a parcela das receitas assistenciais, destinadas ao custeio das despesas assistenciais. O gráfico 9 apresenta o comportamento desse indicador.

Gráfico 9 - Sinistralidade



3.2. Plano Odontológico

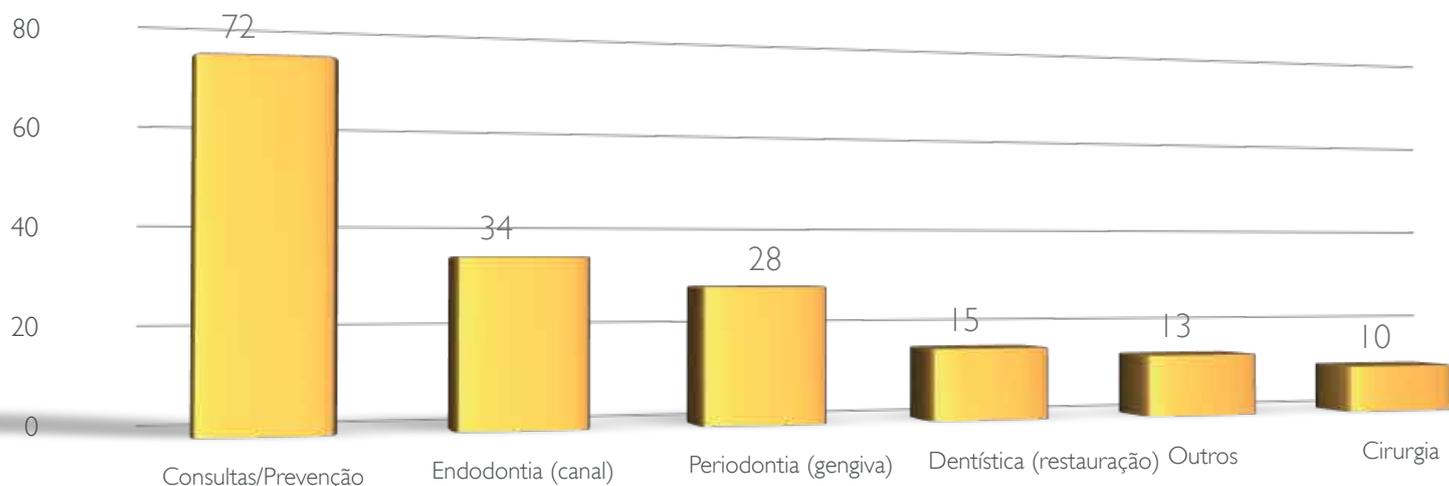
A assistência odontológica é prestada pela ODONTOPREV S.A. Foram constituídos três planos: Dental 1 - Básico, Desban Plus e Dental 5 - Reembolso. A utilização se deu conforme tabela seguinte:

Tabela 8 - ODONTOPREV S.A.

Procedimento	Quantidade	Percentual
Consultas / Prevenção	3.301	34,9%
Periodontia (gengiva)	2.708	28,6%
Endodontia (canal)	2.051	21,7%
Dentística (restauração)	1.049	11,1%
Prótese Dental / Ortodontia	193	2,0%
Cirurgias	161	1,7%
Total	9.463	100%

Pelo sexto ano consecutivo não houve reajuste decorrente de sinistralidade no plano odontológico que, face à sua boa performance, permitiu a ampliação da cobertura odontológica. Conforme contrato, o reajuste das mensalidades é feito anualmente pela variação do IGP-DI/FGV que, por ter apresentado variação próxima de zero, não justificou o reajuste. O comportamento do custo da cobertura odontológica está representado pelo gráfico 10.

Gráfico 10 - Custo por procedimento em 2010 (R\$ mil)



3.3. Medicina Preventiva

A Desban administra, também, o Programa de Medicina Preventiva, com custeio integral pelos patrocinadores (BDMG e Desb an).

O Programa de Medicina Preventiva realizou em 2010 as seguintes atividades:

- a) Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO dos empregados dos patrocinadores BDMG / DESBAN.
- b) Campanha preventiva e educativa – Programa de Imunização:
 - Vacinação contra Gripe
- c) Parceria com Recursos Humanos do BDMG e com a CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes para realização do Programa de Qualidade de Vida. Fazem parte do mesmo as seguintes ações:
 - Reeducação Alimentar: lançado em abril de 2008 com o objetivo de esclarecer, informar e capacitar os indivíduos a lidarem com as suas dificuldades alimentares, buscando transformá-las em hábitos saudáveis e criando condições para que os participantes consigam perder peso e estabilizá-lo, minimizando os fatores de risco. O projeto conta com uma equipe multidisciplinar que auxilia o funcionário através do grupo de apoio e de atendimentos individuais.
 - Ginástica Laboral: o programa, iniciado em 2001, foi reformulado e novas atividades foram implementadas.
 - Sócio Cultural e integração com a família: tem por objetivo promover a integração do funcionário através de atividades de cultura e lazer e inserção da família na empresa. Dentro do programa foram desenvolvidas as seguintes atividades: sessão de cinema, dia da criança na empresa e o projeto “Meu bebê”.
 - Grupo de Corrida e Caminhada do BDMG: sua finalidade é melhorar a qualidade de vida e bem-estar, através de atividade física orientada, além de promover a integração e a divulgação do BDMG.
 - Ações de Saúde e Segurança: a meta é esclarecer, reforçar, informar e capacitar os indivíduos na mudança de hábitos de vida. Foram realizadas palestras, oficinas, filme comentado e campanhas de vacinação.
- d) Palestra e orientações sobre o “Headset”, equipamento acoplado ao telefone, de amplificação sonora, com capacidade de recepção e emissão de sons.

O Serviço de Medicina Preventiva, a ARH – Assessoria de Recursos Humanos e a CIPA promoveram treinamento para os empregados que utilizam o “Headset” no BDMG. Anualmente esses empregados realizam exame de audiometria.

- e) Participação na X SIPAT do BDMG – Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, com realização de palestras sobre estresse, qualidade de vida e bem-estar, oficinas de relaxamento, massagem corporal e coral.

A SIPAT teve como tema a “Qualidade de Vida e Bem-Estar”, enfatizando as diversas formas de se respeitar o planeta e promover ações sustentáveis, assim como de prevenir e lidar com o estresse.

A Medicina Preventiva atua na identificação precoce dos potenciais fatores de risco e agravantes à saúde, buscando prevenir ou identificar eventuais processos patológicos. Os exames preventivos são individuais, levando em consideração a idade e fatores de risco tais como fumo, sedentarismo e obesidade, dentre outros.

3.4. Serviço Social

O Serviço Social da DESBAN tem por objetivo atender aos participantes ativos, assistidos e seus dependentes, tratando dos aspectos de saúde, dependência química, psiquiatria, acompanhamento de internações, check-up e visita aos usuários do plano.

04

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

4.1. Política de Investimentos

4.1.1. Introdução

A Política de Investimentos estabelece as regras sob as quais a Fundação deve investir os recursos dos Planos e foi elaborada para assegurar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente desses recursos em condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

O Conselho Deliberativo, em sua reunião de nº 139 E, realizada em 22/12/2010, aprovou a Política de Investimento do Plano de Benefícios Previdenciário BDMG e do Plano de Gestão Administrativa – PGA para o ano de 2011, consubstanciada nos documentos “Política de Investimentos 2011” e “Política de Investimentos PGA 2011”, e designou a Diretora Financeira, Íris Lanna de Moraes, CPF 489.370.296-34, como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para os Planos administrados pela Desban. A Política do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG foi elaborada em conformidade com o Estatuto e Regulamento da DESBAN, com base no seu grau de maturidade e na sua condição de Benefício Definido (BD).

4.1.2. Alocação dos Ativos

A alocação estratégica corresponde à decisão de investimento de longo prazo, que leva em conta a estrutura do passivo (grau de maturidade) dos Planos de Benefícios, visando proporcionar rentabilidade compatível para garantir o equilíbrio econômico e financeiro no longo prazo. A alocação demonstrada no quadro abaixo visa proporcionar o retorno mínimo correspondente à meta atuarial, definida em IPCA + 5,5% ao ano para o Plano de Benefícios Previdenciários BDMG, bem como a meta de retorno para o Plano de Gestão Administrativa – PGA e o Plano Assistencial, que será a SELIC, além de garantir a liquidez necessária para os desembolsos previstos. A alocação de ativos nos diversos segmentos estabelece os limites que a Fundação poderá considerar para alocar os recursos do plano, conforme previsto na legislação vigente e conciliando com as oportunidades de mercado.

Alocação-objetivo dos planos para o ano 2011

Tabela 11 – Plano Previdencial

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	LIMITE LEGAL	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS		
		LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO
Renda Fixa	100%	0%	100%	75%
Renda Variável	70%	0%	70%	15%
Investimentos estruturados	20%	0%	20%	4%
Investimentos no exterior	10%	0%	10%	1%
Imóveis	8%	0%	8%	3%
Operações com Participantes	15%	0%	15%	3%

Tabela 12 - Plano Assistencial

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	ALOCACAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	BENCHMARK
Renda fixa	100,00%	0,00%	100,00%	SELIC

Tabela 13 – Plano de Gestão Administrativa - PGA

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	ALOCACAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
Renda fixa	80,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	20,00%	0,00%	70,00%

4.1.3. Benchmark

O benchmark é o indicador usado para comparar a rentabilidade dos investimentos a um índice pré-estabelecido. Para os segmentos em que são investidos os recursos do Plano Previdencial, os benchmarks definidos consideraram a estrutura do passivo da Fundação e as condições de mercado, conforme descritos abaixo:

- ✓ Renda Fixa - Mínimo Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.);
- ✓ Renda Variável – Ibovespa;
- ✓ Imóveis - Mínimo Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.);
- ✓ Operações com Participante (Empréstimos + Financiamentos) - Mínimo Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.) + 3%a.a.
- ✓ Investimentos Estruturados - Mínimo Atuarial (IPCA + 5,5% a.a.);
- ✓ Investimento no exterior – Ibovespa.

4.1.4. Controle de Riscos

Risco de Mercado: O risco de mercado decorre da possibilidade de se obter perdas com o resultado das oscilações de preços dos ativos. É o risco de se perder dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um investimento. O exemplo clássico de risco de mercado é a perda resultante das variações negativas das cotações dos papéis negociados na Bolsa de Valores. A Desban utiliza Divergência não Planejada – DNP para gerenciar o risco de mercado de seus investimentos.

Risco de Liquidez: A liquidez de médio/longo prazos é controlada através de estudos, realizados anualmente, que permitem confrontar a situação patrimonial com os fluxos financeiros atuariais da DESBAN. No curto prazo, a necessidade de fluxo da DESBAN é coberta por aplicações contratadas com liquidez ou com vencimento coincidente com o fluxo e por resgates de cotas dos fundos de investimento. A DESBAN monitora esse risco utilizando-se do DRAA–Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial.

Risco de Crédito: Está relacionado a possíveis perdas quando um dos contratantes não honra seus compromissos. A DESBAN gerencia esse risco realizando investimentos somente em instituições financeiras e emissores de títulos de crédito com nota de classificação de “rating” de grau de investimento pelas agências especializadas e dentro dos critérios e limites previamente recomendados pelo Comitê de Investimentos e aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

Risco Legal: Gerenciamento feito através da atualização constante da legislação vigente a todos os envolvidos nas atividades afins, através de treinamento interno e externo. Também é feito o acompanhamento constante da metodologia aplicada às atividades, buscando mitigar o descumprimento dos normativos legais. Risco Legal decorrente de processos judiciais - Gerenciamento feito através de gestão administrativa dos processos judiciais em curso junto aos escritórios contratados para prestação de serviços jurídicos.

Risco Operacional: Gerenciado através de sua estrutura interna de controles, a qual inclui uma relação de controles para padronizar a linguagem e facilitar o entendimento de riscos e controles por todos os funcionários. A estrutura inclui os manuais de procedimentos, código de ética, regimento interno, treinamento constante em todas as áreas, sistemas informatizados e segregação de função, adequados ao porte da fundação. As atividades e os processos passam por avaliações periódicas, identificando os riscos inerentes e a eficácia dos controles em uso. Como resultado a Fundação implementa planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles.

Risco Sistêmico: O nível de risco sistêmico no sistema financeiro tem sido objeto de constante preocupação no âmbito de organismos internacionais e autoridades de supervisão. Em um país com elevado grau de regulamentação que adota mecanismos de controle e segurança do sistema financeiro como o Brasil, o risco sistêmico é apenas minimizado, pois não há como ser controlado. A Desban avalia e mensura o risco sistêmico através da classificação das instituições financeiras pelo seu grau de risco. Cabe também destacar a diversificação realizada nos investimentos como forma de diminuir os efeitos dos riscos de ativos das diversas instituições financeiras.

Risco de Desenquadramento: A Desban acompanha o enquadramento das aplicações e a aderência à Política de Investimentos através de relatórios gerenciais gerados a partir dos sistemas de controladoria de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Empréstimos.

4.1.5. Limite Máximo de Diversificação

4.1.5.1 - Limites por Emissor e por Concentração

Tabela 14 - Limites de Diversificação

Emissor	Res. 3.792 (% TRP)	Desban (%TRP)
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	12%
Tesouro estadual ou municipal	10%	10%
Companhia aberta com registro na CVM ou assemelhada	10%	10%
Organismo multilateral	10%	10%
Companhia securitizadora	10%	10%
Patrocinador do plano de benefícios	10%	10%
Demais emissores	5%	5%

* TRP: Total dos Recursos do Plano

Limites de Concentração por Emissor

EMISSOR	Res. 3.792 (% TRP)	Desban (% TRP)
Participação no capital ideal de uma mesma companhia aberta ou de uma mesma SPE	25%	25%
Participação no capital votante de uma mesma companhia	25%	25%
Participação no patrimônio líquido de uma mesma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	25%	25%
Participação em fundo de índice referenciado em cesta de ações de companhias abertas	25%	25%
Participação em fundo de investimento classificado no segmento de investimentos estruturados	25%	25%
Participação em fundo que tenha em sua carteira ativos classificados no segmento de investimento exterior	25%	25%
Participação em fundo de índice do exterior admitido a negociação em bolsa de valores do Brasil	25%	25%
Participação no patrimônio constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%

Limites de Concentração por Investimento

INVESTIMENTOS	DEZ 2010		DEZ 2009	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Uma mesma série de títulos ou valores	25%		25%	
Uma mesma classe ou série de cotas de fundos de investimento em direitos	25%		25%	
Um mesmo empreendimento imobiliário	25%		25%	

4.1.6. Gestão dos Recursos

A gestão dos recursos é feita de forma mista, conjugando gestão interna e contratação de gestores externos. O processo de seleção, contratação e destituição de gestores externos, segue padrões técnicos e de performance definidos pela Diretoria Executiva, que levam em conta os riscos técnico, gerencial e de não compliance associados ao gestor, bem como seu histórico de desempenho na gestão de recursos.

No processo de escolha de gestores de fundos de investimento são analisados os aspectos qualitativos e quantitativos, descritos a seguir:

- Qualitativos:

- Tradição no Mercado;
- Sistema interno de informação;
- Sistema interno de gerenciamento de riscos;
- Capacitação técnica ao atendimento dos objetivos da DESBAN;
- Adesão à Política de Investimentos;
- Fornecimento de relatórios necessários para estabelecer controle externo;
- Qualidade no atendimento;
- Fornecimento de Pesquisa;
- Compliance;
- Taxas cobradas para Gestão dos Recursos x Serviços.

- Quantitativos:

A área financeira da DESBAN realiza o acompanhamento mensal da avaliação dos serviços fornecidos pelos gestores através da avaliação dos seguintes parâmetros:

- Rentabilidade x Benchmark;
- Adesão à Política de Investimentos;

Relação risco/retorno.

A estratégia de formação de preço é definida pela Fundação e pelo gestor externo.

A Fundação adota critérios para o acompanhamento mensal das estratégias formuladas ou desempenhadas, observada a aderência dos fundos a seus mandatos, para avaliação do desempenho dos gestores escolhidos. A avaliação de desempenho do gestor fornece indicações quanto à continuação ou ao término da gestão terceirizada com o mesmo.

4.1.7. Participação em Assembleias de Acionistas

A participação em assembleias de acionistas ocorre nos casos em que a DESBAN detenha 5% ou mais de participação no capital votante da empresa ou desde que o recurso investido represente mais do que 6% dos recursos garantidores das reservas técnicas.

4.2. Demonstrativo de Investimentos

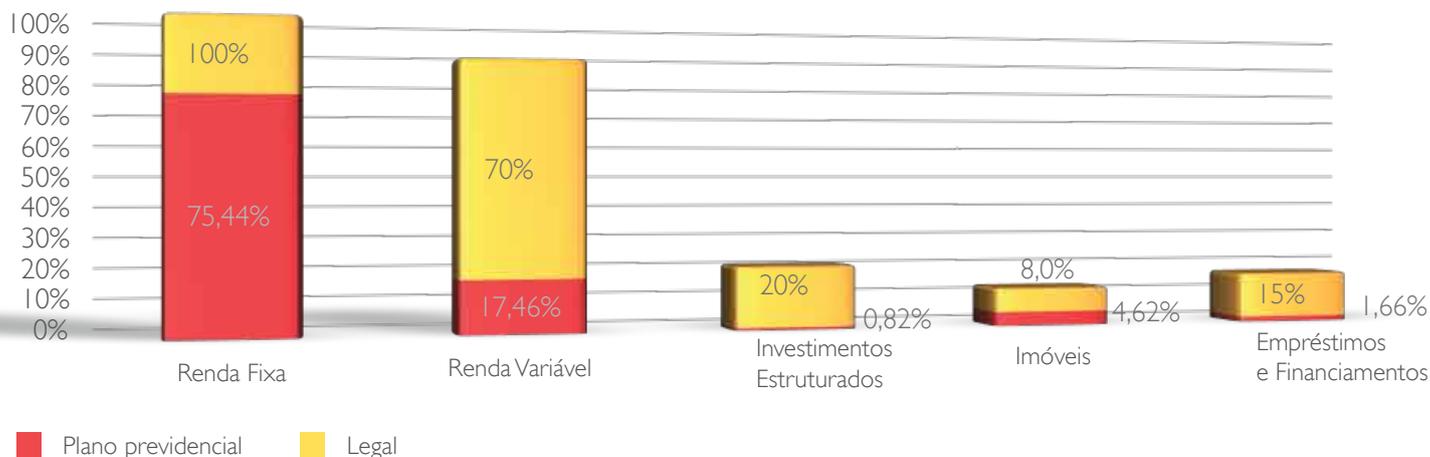
As aplicações dos recursos das entidades fechadas de previdência complementar são feitas em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792, de 28 de setembro de 2009, observadas as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez.

Atendendo a essas diretrizes e à Política de Investimentos, a DESBAN encerrou o exercício de 2010 enquadrada nos limites regulamentares.

4.2.1. Alocação dos Ativos

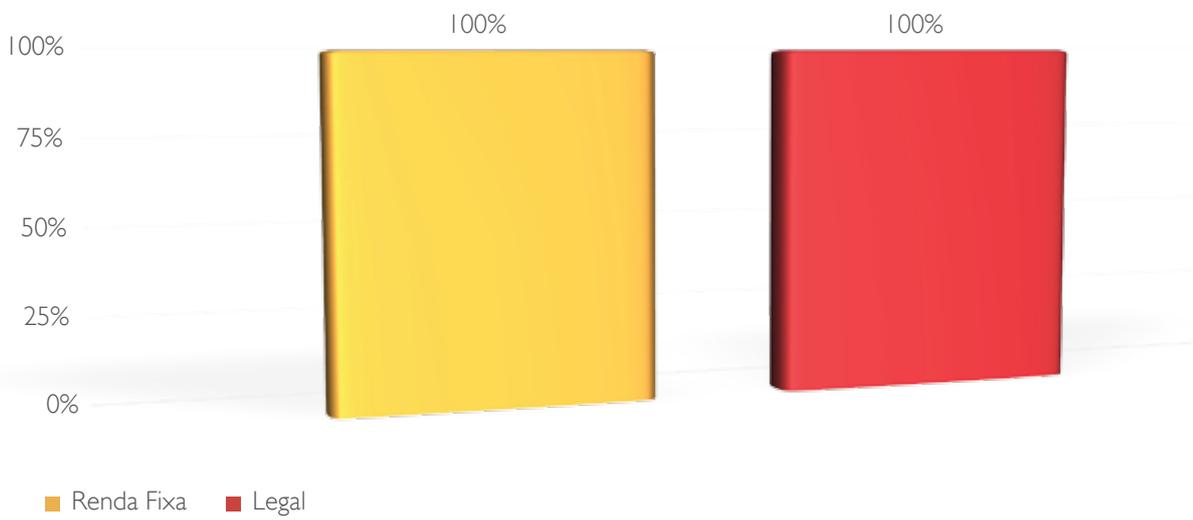
- ✓ Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG

Gráfico 11 - Alocação dos Ativos x Limites Legais



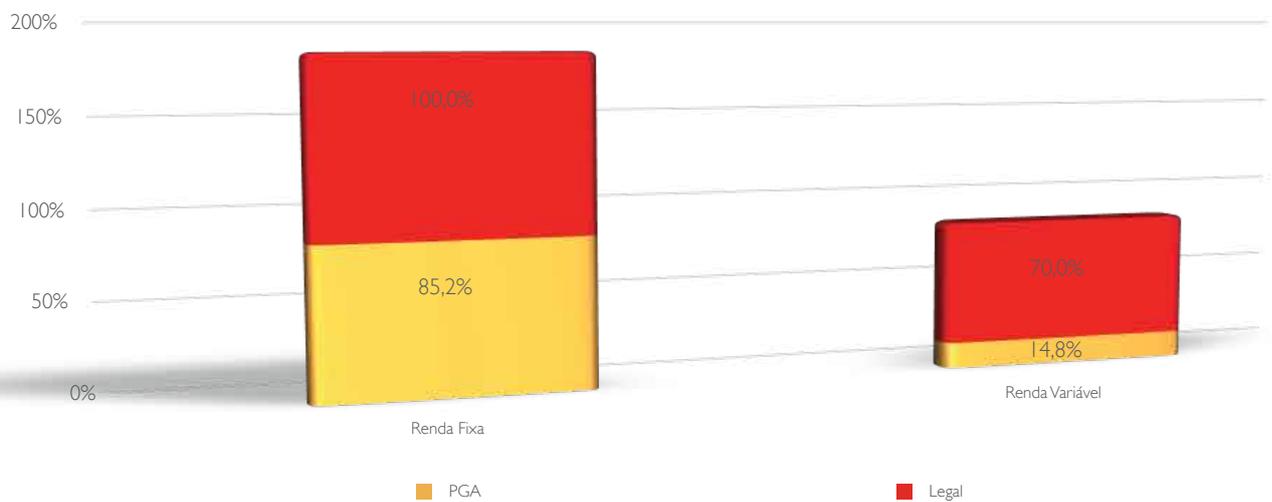
✓ Plano Assistencial

Gráfico 12 - Alocação dos Ativos x Limites Legais



✓ Plano de Gestão Administrativa – PGA

Gráfico 13 - Alocação dos Ativos x Limites Legais



4.2.2. Alocação dos Ativos por Plano

Composição dos Investimentos Previdenciais

- ✓ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG

Gráfico 14 – Composição dos Investimentos Previdenciais

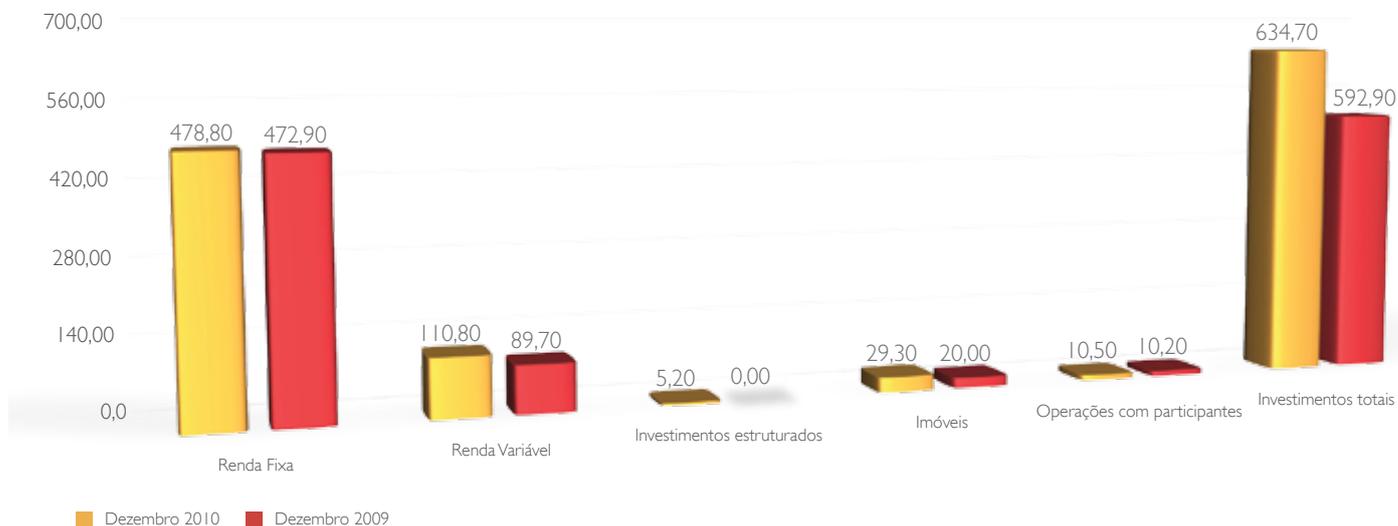


Tabela 15 – Composição dos Investimentos Previdenciais

SEGMENTO	dez/10		dez/09	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Renda Fixa	478,8	75,44%	472,9	83,09%
Renda Variável	110,82	17,46%	89,7	11,88%
Investimentos Estruturados	5,23	0,82%	-	0,00%
Imóveis	29,23	4,62%	20,0	3,19%
Operação c/ Participantes	10,5	1,66%	10,2	1,84%
Investimentos Totais	634,7	100%	592,9	100%

✓ Plano Assistencial

Gráfico 15 - Composição dos Investimentos do Plano Assistencial

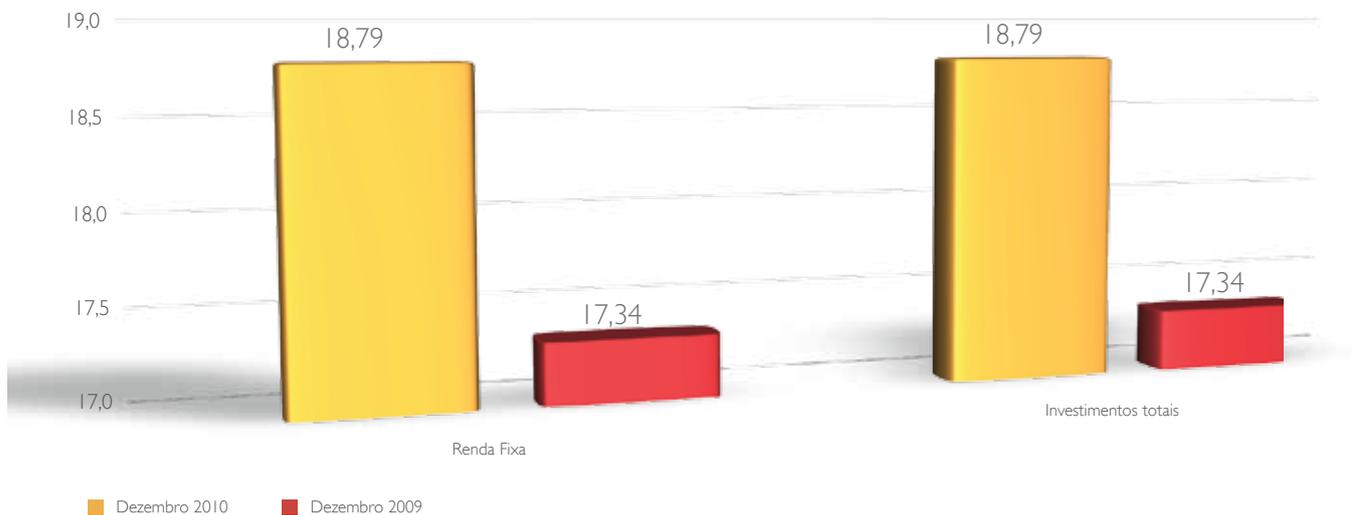
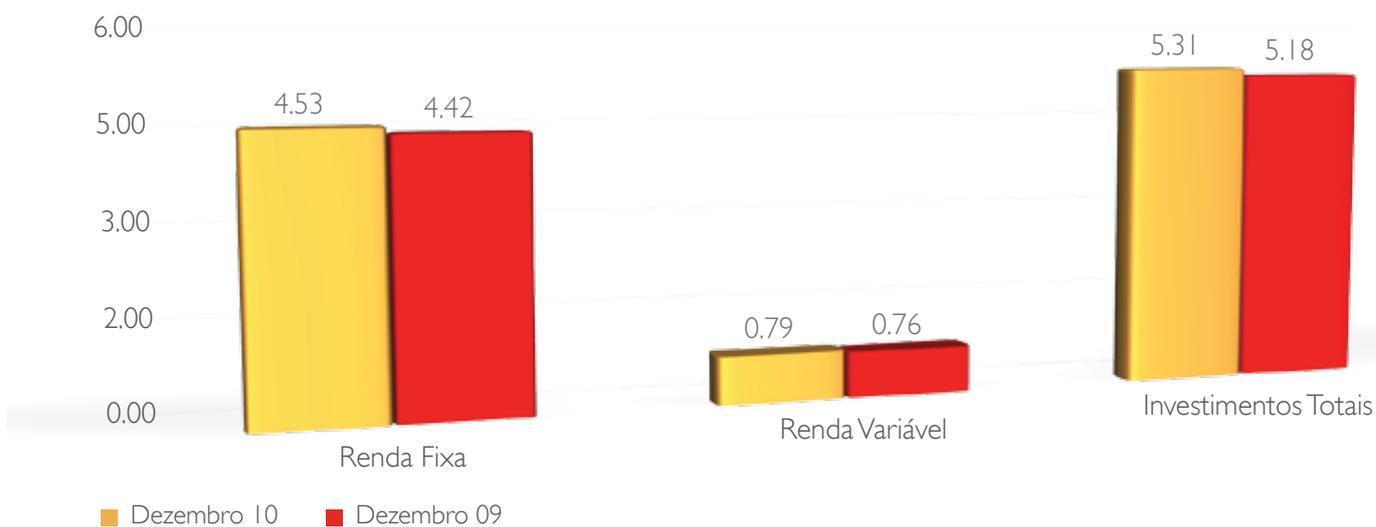


Tabela 16 – Composição dos Investimentos Assistenciais

SEGMENTO	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Renda Fixa	18,79	100%	17,34	100%
Investimentos Totais	18,79	100%	17,34	100%

✓ Plano de Gestão Administrativa – PGA

Gráfico 16 - Composição dos Investimentos do PGA



SEGMENTO	DEZ 2010		DEZ 2009	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Renda fixa	4,53	85%	4,42	85%
Renda variável	0,79	15%	0,76	15%
Investimentos totais	5,31	100%	5,18	100%

✓ Total dos Investimentos

Gráfico 17 - Composição dos Investimentos Totais

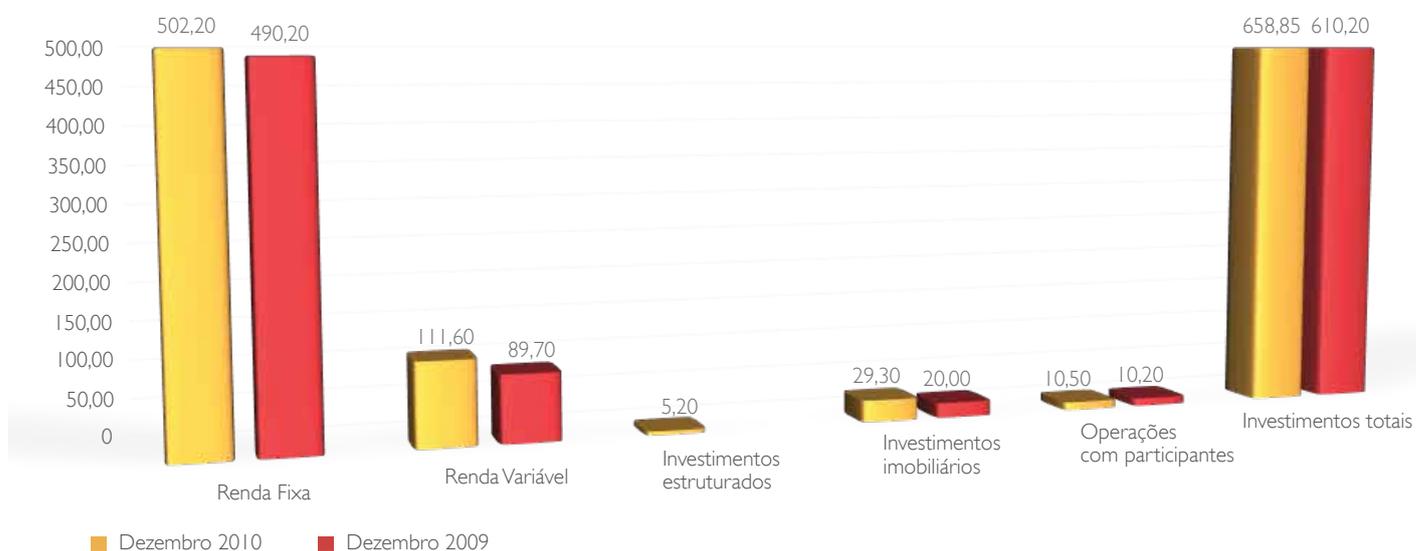


Tabela 17 – Composição dos Investimentos Totais

INVESTIMENTOS TOTAIS - Valores em R\$ milhões				
SEGMENTO	2010		2009	
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%
Renda Fixa	502,2	76,22%	490,2	80,34%
Renda Variável	111,6	16,94%	89,7	14,70%
Investimentos Estruturados	5,2	0,79%	-	0,00%
Investimentos Imobiliários	29,3	4,45%	20,0	3,29%
Operações com Participantes	10,5	1,60%	10,2	1,68%
Investimentos Totais	658,9	100,00%	610,20	100,00%

4.2.3. Quadro Demonstrativo das Aplicações por Segmento

Tabela 18 – Composição da Carteira de Investimentos

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DA DESBAN / 2010 - em R\$								
SEGMENTO	PLANO PREVIDENCIAL		ASSISTENCIAL		PLANO ADMINISTRATIVO		TOTAL DOS INVESTIMENTOS	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
SEGMENTO DE RENDA FIXA COM BAIXO RISCO DE CRÉDITO	478.832.913	75,44%	18.793.009	100,00%	4.526.836	85,20%	502.152.758	76,22%
Títulos Públicos	272.411.491	42,92%	10.572.338	56,26%	396.364	7,46%	283.380.193	43,01%
Notas do Tesouro Nacional	272.411.491	42,92%	10.572.338	56,26%	396.364	7,46%	283.380.193	43,01%
Títulos Privados	188.453.089	29,69%	6.793.494	36,15%	3.827.139	72,03%	199.073.722	30,22%
Certificados de Depósitos Bancários	139.998.795	22,06%	6.793.494	36,15%	3.827.139	72,03%	150.619.428	22,86%
Depósito a Prazo com Garantia Especial	16.036.939	2,53%	-	-	-	-	16.036.939	2,43%
Debêntures não Conversíveis	32.417.355	5,11%	-	-	-	-	32.417.355	4,92%
Fundos de Investimentos	17.968.333	2,83%	1.427.177	7,59%	303.333	5,71%	19.698.843	2,99%
FIF - Fundos de Investimentos Financeiros-RF	5.060.335	0,80%	1.427.177	7,59%	303.333	5,71%	6.790.845	1,03%
FIDC's - Fundo de Inv. em Direitos Creditórios	12.907.998	2,03%	-	-	-	-	12.907.998	1,96%
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	110.820.516	17,46%	-	-	786.348	14,80%	111.606.864	16,94%
Carteira de Ações em Mercado	27.791.181	4,38%	-	-	-	-	27.791.181	4,22%
Fundos de Ações	83.029.335	13,08%	-	-	786.348	14,80%	83.815.683	12,72%
SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	5.233.802	0,82%	-	-	-	-	5.233.802	0,79%
Multimercado	4.145.426	0,65%	-	-	-	-	4.145.426	0,63%
Fundos de Empresas Emergentes	568.255	0,09%	-	-	-	-	568.255	0,09%
Patria FIQ FIP	520.120	0,08%	-	-	-	-	520.120	0,08%
SEGMENTO DE IMÓVEIS	29.326.255	4,62%	-	-	-	-	29.326.255	4,45%
Locadas a Terceiros	29.326.255	4,62%	-	-	-	-	29.326.255	4,45%
SEGMENTO DE OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	10.533.423	1,66%	-	-	-	-	10.533.423	1,60%
Empréstimos	10.270.605	1,62%	-	-	-	-	10.270.605	1,56%
Financiamentos Imobiliários	262.817	0,04%	-	-	-	-	262.817	0,04%
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	634.746.909	100,00%	18.793.009	100,00%	5.313.184	100,00%	658.853.102	100,00%

4.2.4. Valor dos Investimentos sob Administração Própria e Terceirizada

Tabela 19 – Composição da Carteira de Investimento do Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO PREVIDENCIAL DA DESBAN - 2010						
SEGMENTO	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		GESTÃO PRÓPRIA		GESTÃO TERCEIRIZADA	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	478.832.899	75,4%	473.772.564	74,6%	5.060.335	0,8%
Renda Variável	110.820.516	17,5%	27.791.181	4,4%	83.029.335	13,1%
Investimentos Estruturados	5.233.802	0,8%	-	0,0%	5.233.802	0,8%
Investimentos Imobiliários	29.326.255	4,6%	29.326.255	4,6%	-	-
Operações com Participantes	10.533.423	1,7%	10.533.423	1,7%	-	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	634.746.895	100,00%	541.423.424	85,3%	93.323.471	14,7%

GESTÃO TERCEIRIZADA		
GESTOR	R\$	%
BNY Mellon ARX Investimentos	28.111.200	4,4%
XP Gestão de Recursos	27.164.544	4,3%
Itaú DTVM S/A	27.753.591	4,4%
BTG Pactual Asset Management DTVM S/A	5.060.335	0,8%
Patria Investimentos Ltda.	4.665.546	0,7%
Oliveira Trust DTVM S/A	568.255	0,1%

Tabela 20 – Composição da Carteira de Investimento do Plano Assistencial

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO ASSISTENCIAL DA DESBAN - 2010						
SEGMENTO	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		GESTÃO PRÓPRIA		GESTÃO TERCEIRIZADA	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	18.793.009	100%	17.365.894	92,4%	1.427.115	7,6%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	18.793.009	100%	17.365.894	92,4%	1.427.115	7,6%

GESTÃO TERCEIRIZADA		
GESTOR	R\$	%
BTG Pactual Asset Management DTVM S/A	505.027	2,7%
Santander Asset Management	922.088	4,9%

Tabela 21 – Composição da Carteira de Investimento do Plano de Gestão Administrativa - PGA

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA DESBAN - 2010						
SEGMENTO	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		GESTÃO PRÓPRIA		GESTÃO TERCEIRIZADA	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Renda Fixa	4.526.836	85,2%	4.223.503	79,5%	303.333	5,7%
Renda variável	786.348	14,8%	-	0,0%	786.348	14,8%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	5.313.184	100,0%	4.223.503	79,5%	1.089.681	20,5%

GESTÃO TERCEIRIZADA		
GESTOR	R\$	%
BNY Mellon ARX Investimentos	390.412	7,3%
Itau DTVM S/A	395.937	7,5%
BTG Pactual Asset Management DTVM S/A	303.333	5,7%

Tabela 22 – Composição dos Investimentos Total

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS TOTAL DA DESBAN - 2010						
SEGMENTO	TOTAL DOS INVESTIMENTOS		GESTÃO PRÓPRIA		GESTÃO TERCEIRIZADA	
	R\$ MILHÕES	%	R\$ MILHÕES	%	R\$ MILHÕES	%
Renda Fixa	502.152.744	76,2%	496.284.049	75,3%	5.868.695	0,9%
Renda Variável	111.606.864	16,9%	27.791.181	4,2%	83.815.683	12,7%
Investimentos Estruturados	5.233.802	0,8%	-	0,0%	5.233.802	0,8%
Investimentos Imobiliários	29.326.255	4,5%	29.326.255	4,5%	-	0,0%
Operações com Participantes	10.533.423	1,6%	10.533.423	1,6%	-	0,0%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	658.853.088	100,0%	563.934.909	85,6%	94.918.180	14,4%

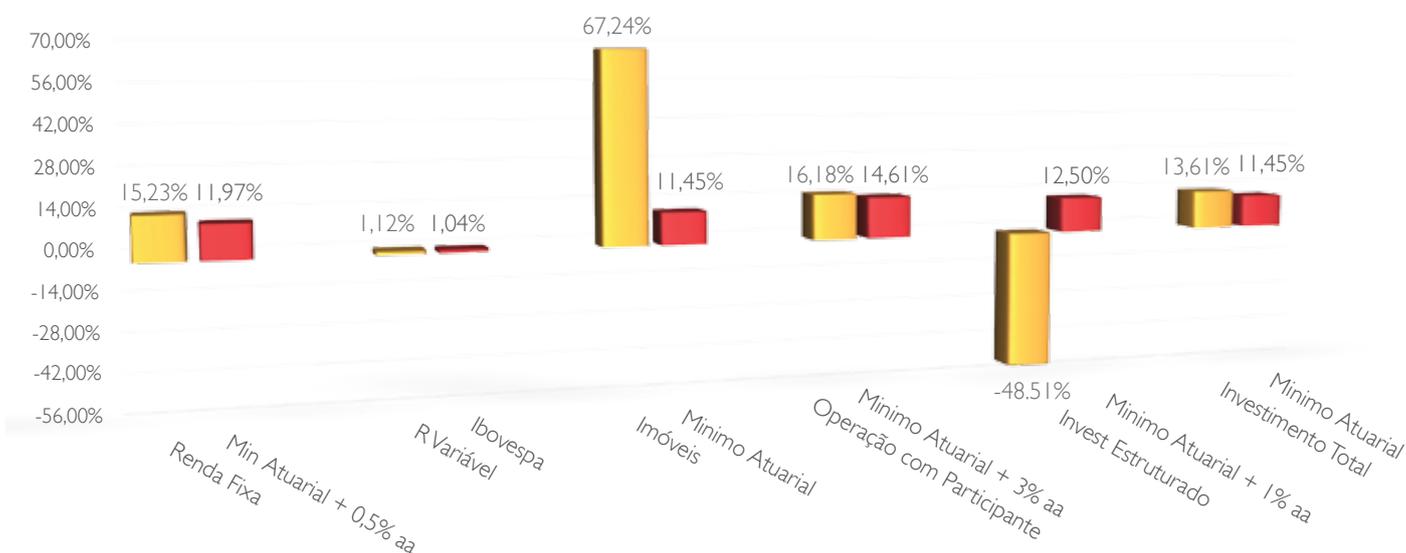
GESTÃO TERCEIRIZADA		
GESTOR	R\$ MILHÕES	%
BNY Mellon ARX Investimentos	28.501.611	4,3%
XP Gestão de Recursos	27.164.544	4,1%
Itau DTVM S/A	28.149.528	4,3%
BTG Pactual Asset Management DTVM S/A	5.868.695	0,9%
Patria Investimentos Ltda.	4.665.546	0,7%
Oliveira Trust DTVM S/A	568.255	0,1%
	94.918.180	14,4%

4.2.5. Rentabilidade dos Investimentos

A Rentabilidade geral da Desban em 2010 foi de 13,61%, resultado superior em 2,16 pontos percentuais frente ao mínimo atuarial de 11,45%, equivalente a 139% da Selic de 9,78% no exercício. Este resultado decorre da boa rentabilidade de 15,22% no segmento de renda fixa, sendo a carteira de títulos públicos federais a principal responsável pelo desempenho. Também contribuiu para este resultado a expressiva rentabilidade do segmento de imóveis, de 67,24%, decorrente da reavaliação dos imóveis em carteira e do segmento de empréstimos que apresentou no ano retorno de 16,17%. Diferentemente, o segmento de operações estruturadas apresentou rentabilidade negativa de 48,51% decorrente basicamente do resultado do Hospital Lifecenter que compõe esta carteira através do FEE -LIFE. Vale ressaltar que todos os investimentos da Desban estão adequados à Política de Investimentos aprovada para o ano de 2010.

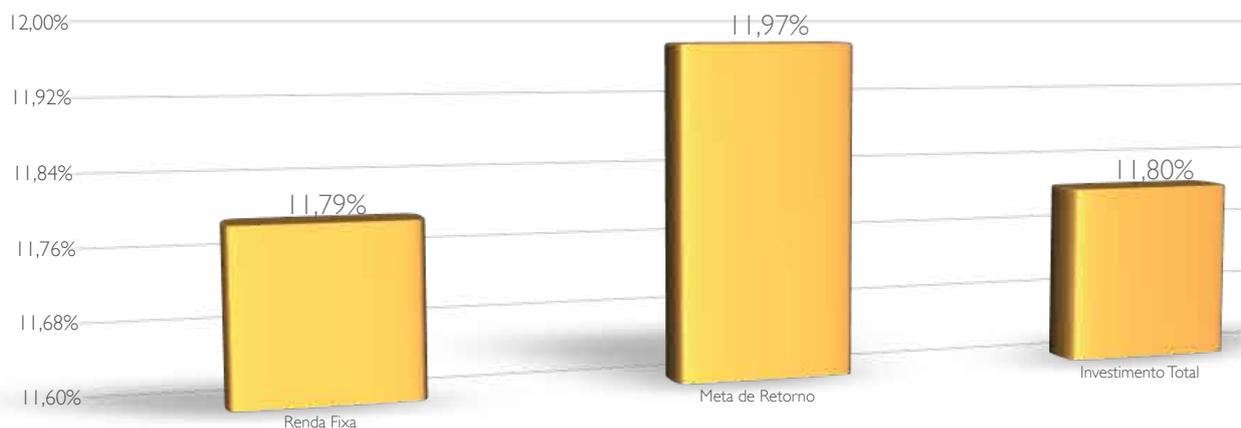
- ✓ Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG

Gráfico 18 – Rentabilidade Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG em 2010



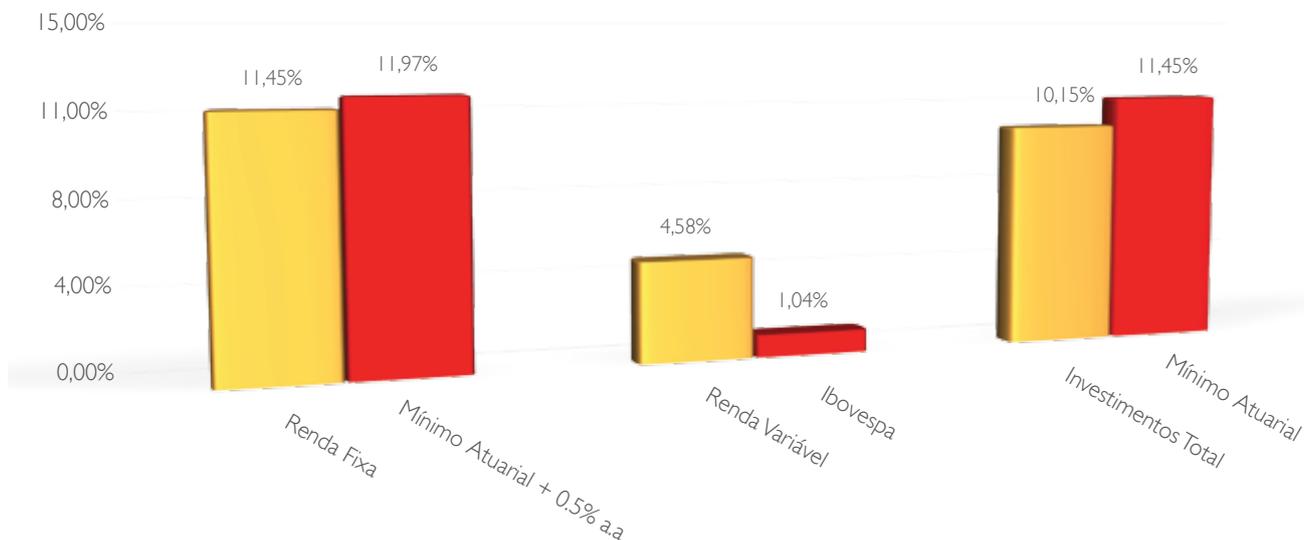
- ✓ Plano Assistencial

Gráfico 19 – Rentabilidade do Plano Assistencial em 2010



✓ Plano de Gestão Administrativa – PGA

Gráfico 20 – Rentabilidade do PGA em 2010



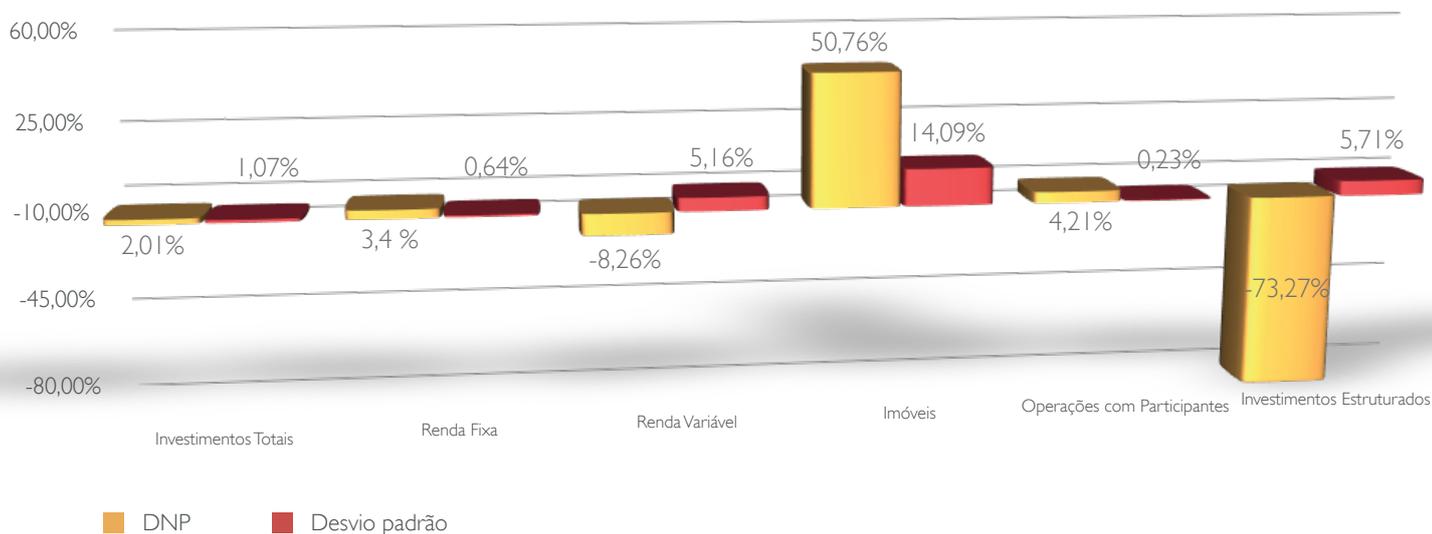
4.2.6. Divergência Não Planejada – DNP

A DNP é a diferença entre o percentual de rentabilidade da carteira de investimentos e a taxa mínima atuarial de IPCA + 5,5% a.a., do Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG.

O desvio padrão é um indicador estatístico da oscilação das carteiras de investimentos. É uma medida do grau de dispersão dos resultados em torno da média de cada carteira, isto é, um número que mede o quanto os resultados estão mais ou menos dispersos em relação a esta média. Portanto, é uma medida de risco. Ou seja, quanto maior for o desvio padrão, maior será a oscilação, e quanto maior a oscilação, maior o risco incorrido.

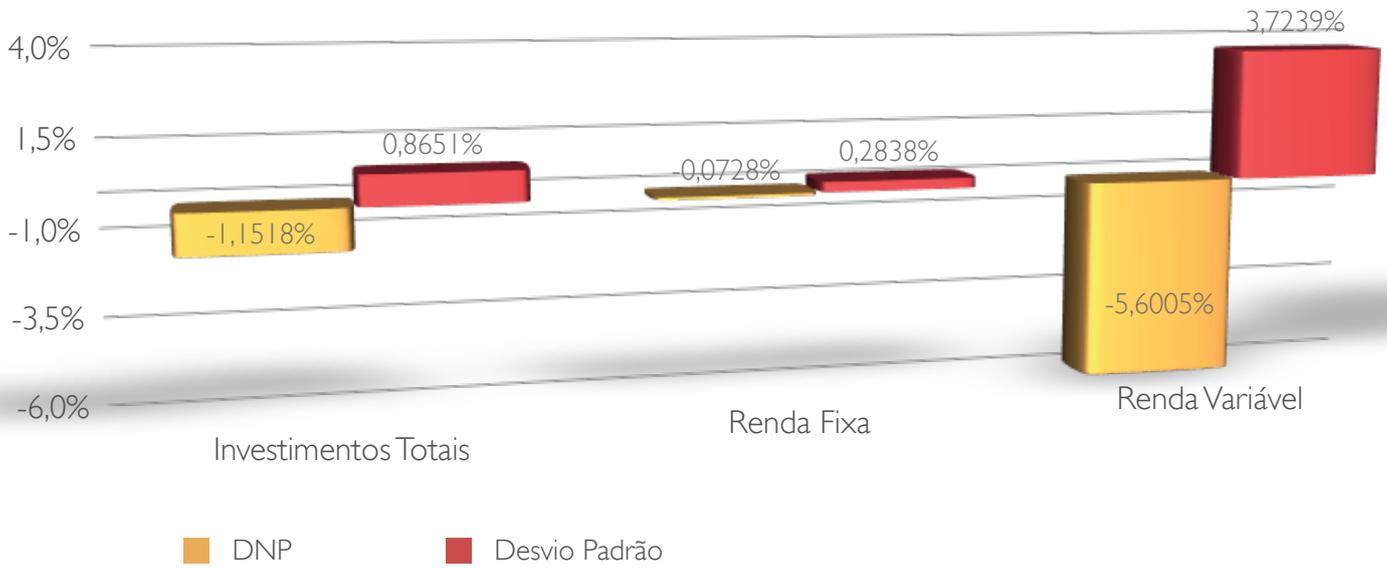
✓ Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG

Gráfico 21 - DNP x DESVIO PADRÃO (acumulada de jan/10 a dez/10)



✓ Plano de Gestão Administrativa - PGA

**Gráfico 22 - DNP do Plano de Gestão Administrativa x DESVIO PADRÃO (acumulada de jan/10 a dez/10)
Por Segmento**



GESTÃO ADMINISTRATIVA

5.1 Despesas com Administração

5.1.1. Plano de Benefícios Previdenciários – BDMG

A despesa com administração da Entidade é segregada à Gestão Previdencial, Gestão Assistencial e Investimentos. Essa segregação é efetuada através de sistema de alocação direta, combinado com rateio das despesas comuns.

As despesas administrativas comuns a Gestão Assistencial são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA e reembolsadas na sua totalidade.

Discriminação	Valor
Gestão Previdencial	2.173.349,40
Pessoal e Encargos	1.368.936,50
Treinamentos / Congressos e Seminários	8.958,80
Viagens e Estadias	18.721,24
Serviços de Terceiros	472.929,02
Pessoa Física	2.377,29
Pessoa Jurídica	470.551,73
Consultoria Atuarial	185.849,24
Consultoria Jurídica	207.294,63
Recursos Humanos	409,34
Informática	68.831,73
Auditoria Contábil	8.166,09
Outras Despesas	0,70
Despesas Gerais	212.798,97
Depreciações e Amortizações	11.519,21
Despesas Fiscais e Tributárias	79.485,66
PIS/Cofins	79.485,66
Gestão dos Recursos	2.769.526,28
Administração dos Investimentos	2.049.222,66
Pessoal e Encargos	1.410.156,60
Treinamentos / Congressos e Seminários	10.457,66
Viagens e Estadias	12.612,21
Serviços de Terceiros	300.699,86
Pessoa Física	4.464,24
Pessoa Jurídica	296.235,62
Consultoria dos Investimentos	78.283,57
Recursos Humanos	625,49
Informática	98.644,74
Auditoria Contábil	11.626,59
Taxa de Custódia	107.054,25
Outras Despesas	0,98
Despesas Gerais	180.017,50
Depreciações e Amortizações	16.400,61
Despesas Fiscais e Tributárias	118.878,22
PIS/Cofins	118.878,22
Investimentos	720.303,62
Renda Variável	283.282,13
Corretagem/ Taxas e Emolumentos	283.282,13
Carteira Imobiliária	437.021,49
Depreciações	367.024,86
Impostos e Taxas	5.285,58
Condomínio	57.864,54
Outras Despesas	6.846,51
Gestão Assistencial	1.455.918,62
TOTAL GERAL	6.398.794,30

5.1.2. Plano Assistencial

As despesas com administração do Plano Assistencial, comuns à Entidade, são segregadas à Gestão Previdencial, Gestão Assistencial e Investimentos. Essa segregação é efetuada através de sistema de alocação direta, combinado com rateio das despesas comuns. As despesas comuns são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativo - PGA, e transferidas ao Plano de Assistência à Saúde, sendo totalmente reembolsadas.

Discriminação	Valor
Despesas com Pessoal Próprio	1.181.985,34
Serviços de Terceiros	176.125,62
Auditoria Contábil	13.923,72
Consultoria Médica	31.110,00
Consultoria Atuarial	23.326,44
Consultoria de Investimentos	1.833,43
Consultoria de Recursos Humanos	760,78
Serviços Médicos	22.854,01
Informática	60.178,65
Taxa de Custódia	11.095,19
Outras despesas com serviços de terceiros	11.043,40
Despesas com Localização e Funcionamento	219.571,98
Despesas com Publicidade e Propaganda Institucional	4.703,67
Despesas com Tributos	8.035,86
Provisão para Contingências - Administrativas	171.585,41
PIS / Cofins	171.585,41
Despesas Administrativas Diversas	18.821,48
TOTAL GERAL	1.780.829,36

5.1.3. Ativo Total

A relação entre Despesa com Administração e o Ativo total da Entidade vem diminuindo desde 2002, com exceção dos exercícios de 2008 e 2010, considerando as perdas ocorridas nos investimentos da Entidade, decorrente da crise mundial, que afetou todos os segmentos do mercado, provocando redução do Ativo total, como demonstrado no quadro abaixo. Com a alteração do cenário econômico-financeiro, a Entidade vem recuperando as perdas ocorridas em 2008. O atual cenário econômico-financeiro demonstra a necessidade das empresas de se adequarem à realidade para tornarem-se cada vez mais competitivas. Dentro dessa realidade, a Entidade não mede esforços no sentido de administrar os recursos dos patrocinadores e participantes ativos e assistidos com ética, responsabilidade e eficiência. As despesas alocadas diretamente nos Fluxos dos Investimentos, no montante de R\$ 720 mil, não estão incluídas no total das despesas com administração.

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Despesas com Administração (A)	3.446	3.877	4.192	4.417	4.952	5.310	6.003
Ativo total (B)	371.820	430.508	489.230	551.773	545.740	625.067	662.003
Varição (A/B)	0,93%	0,90%	0,86%	0,80%	0,91%	0,85%	0,91%

5.1.4. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - BDMG

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Despesas com Administração (A)	2.470	2.683	2.933	2.979	3.295	3.435	4.222
Ativo total (B)	366.709	423.125	479.905	540.239	531.294	607.678	641.706
Varição (A/B)	0,67%	0,63%	0,61%	0,55%	0,62%	0,57%	0,66%

5.1.5. PLANO ASSISTENCIAL

Descrição	2004	2005	2006	2008	2008	2009	2010
Despesas com Administração (A)	976	1.194	1.259	1.438	1.657	1.875	1.781
Ativo total (B)	5.111	7.383	9.325	11.534	14.446	17.389	20.297
Varição (A/B)	19,10%	16,17%	13,50%	12,47%	11,47%	10,78%	8,77%

5.2. EVOLUÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO

O Fundo Administrativo é constituído pelo excedente verificado entre os recursos recebidos e as despesas administrativas da Gestão Administrativa, somado à remuneração e aos recursos que estão aplicados. Tem como finalidade suprir eventuais necessidades de cobertura com a manutenção das atividades administrativas da Entidade.

A tabela abaixo representa a evolução do Fundo Administrativo da DESBAN de 2004 a 2010.

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Fundo Administrativo	2.381	2.981	3.572	4.239	4.334	5.180	5.211

06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG

CONTEÚDO

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração da mutação do ativo líquido – DMAL (consolidado)

Quadro 3 - Demonstração da mutação do ativo líquido – DMAL (Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG)

Quadro 4 – Demonstração do ativo líquido – DAL (Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG)

Quadro 5 – Demonstração do plano de gestão administrativa – DPGA (consolidada)

Quadro 6 - Demonstração do plano de gestão administrativa – DPGA (Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG)

Quadro 7 – Demonstração das obrigações atuariais do plano – DOAP (Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

QUADRO 1
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2010	2009
DISPONÍVEL	338	292
REALIZÁVEL	641.270	607.254
Gestão previdencial	1.100	959
Gestão administrativa	109	106
Investimentos	640.061	606.189
Títulos públicos	272.808	285.168
Créditos privados e depósitos	191.879	161.878
Ações	27.791	99.410
Fundos de investimento	107.723	29.447
Investimentos imobiliários	29.326	20.046
Empréstimos	10.271	9.778
Financiamentos imobiliários	263	462
PERMANENTE	98	132
Imobilizado	98	132
GESTÃO ASSISTENCIAL	20.297	17.389
TOTAL DO ATIVO	662.003	625.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	2010	2009
EXIGÍVEL OPERACIONAL	848	13.908
Gestão previdencial	375	284
Gestão administrativa	465	294
Investimentos	8	13.330
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	22	17
Gestão administrativa	22	17
PATRIMÔNIO SOCIAL	640.836	593.753
Patrimônio de cobertura do plano	635.625	588.573
Provisões matemáticas	635.334	588.464
Benefícios concedidos	442.177	397.032
Benefícios a conceder	193.157	191.524
(-) Provisões matemáticas a constituir	-	(92)
Equilíbrio técnico	291	109
Resultados realizados	291	109
Superávit técnico acumulado	291	109
Fundos	5.211	5.180
Fundos administrativos	5.211	5.180
GESTÃO ASSISTENCIAL	20.297	17.389
TOTAL DO PASSIVO	662.003	625.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 2
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação (%)
A - Ativo líquido - início do exercício	604.833	539.915	12,02
1. Adições	101.700	108.118	(5,94)
(+) Contribuições previdenciais	9.142	9.355	(2,28)
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	79.450	85.254	(6,81)
(+) Receitas administrativas	5.214	5.225	(0,21)
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão administrativa	517	732	(29,37)
(+) Receitas assistenciais	7.377	7.552	(2,32)
2. Destinações	(52.593)	(43.200)	21,74
(-) Benefícios	(37.302)	(32.450)	14,95
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	(4.182)	-	
(-) Constituição de contingências - gestão previdencial	(56)	(21)	166,67
(-) Despesas administrativas	(5.480)	(5.004)	9,51
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão administrativa	(22)	-	
(-) Constituição de contingências - gestão administrativa	(198)	(103)	92,23
(-) Constituição de fundos - gestão administrativa	(31)	(850)	(96,35)
(-) Despesas assistenciais	(5.322)	(4.772)	11,53
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	49.107	64.918	(24,36)
(+/-) Provisões matemáticas	(46.870)	(40.802)	14,87
(+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício	(182)	(21.336)	(99,15)
(+/-) Gestão assistencial	(2.055)	(2.780)	(26,08)
4. Operações transitórias	-	-	
B - Ativo líquido - final do exercício (A+3)	653.940	604.833	8,12
C - Fundos não previdenciais	5.211	5.180	0,60
(+/-) Fundo administrativo	5.211	5.180	0,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009****(Valores expressos em milhares de reais)****PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO BDM G**

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
A - Ativo líquido - início do exercício	588.573	526.435	11,80
1. Adições	90.195	96.259	(6,30)
(+) Contribuições	10.745	11.005	(2,36)
(+) Resultado positivo dos investimentos - gestão previdencial	79.450	85.254	(6,81)
2. Destinações	(43.143)	(34.121)	26,44
(-) Benefícios	(37.302)	(32.450)	14,95
(-) Resultado negativo dos investimentos - gestão previdencial	(4.182)	-	
(-) Constituição de contingências - gestão previdencial	(56)	(21)	166,67
(-) Custeio administrativo	(1.603)	(1.650)	(2,85)
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	47.052	62.138	(24,28)
(+/-) Provisões matemáticas	(46.870)	(40.802)	14,87
(+/-) Superávit (Déficit) técnico do exercício	(182)	(21.336)	(99,15)
4. Operações transitórias	-	-	
B - Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	635.625	588.573	7,99
C - Fundos não previdenciais			
(+/-) Fundos administrativos	5.211	5.180	0,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 4**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009****(Valores expressos em milhares de reais)****PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO BDM G**

DESCRIÇÃO	2010	2009	Varição (%)
1. Ativos	641.219	607.367	5,57
Disponível	162	161	0,62
Recebível	6.310	6.139	2,79
Investimento	634.747	601.067	5,60
Títulos públicos	272.411	282.080	(3,43)
Créditos privados e depósitos	188.052	160.123	17,44
Ações	27.791	99.411	(72,04)
Fundos de investimento	106.633	29.167	265,59
Investimentos imobiliários	29.326	20.046	46,29
Empréstimos	10.271	9.778	5,04
Financiamentos imobiliários	263	462	(43,07)
2. Obrigações	383	13.614	(97,19)
Operacional	383	13.614	(97,19)
3. Fundos não previdenciais	5.211	5.180	0,60
Fundos administrativos	5.211	5.180	0,60
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	635.625	588.573	7,99
Provisões matemáticas	635.334	588.464	7,96
Superávit/Déficit técnico	291	109	166,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 5
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADO
(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	5.180	4.330	19,63
1. Custeio da gestão administrativa	5.731	5.957	(3,79)
1.1. Receitas	5.731	5.957	(3,79)
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.603	1.650	(2,85)
Custeio administrativo dos investimentos	1.923	1.698	13,25
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	126	120	5,00
Receitas diretas	106	85	24,71
Resultado positivo dos investimentos	517	732	(29,37)
Reembolso da gestão assistencial	1.456	1.672	(12,92)
2. Despesas administrativas	5.678	5.107	11,18
2.1. Administração previdencial	2.173	1.617	34,38
Pessoal e encargos	1.369	968	41,43
Treinamentos/congressos e seminários	9	5	80,00
Viagens e estadias	19	7	171,43
Serviços de terceiros	473	408	15,93
Despesas gerais	213	135	57,78
Depreciações e amortizações	11	13	(15,38)
Contingências	79	81	(2,47)
2.2. Administração dos investimentos	2.049	1.818	12,71
Pessoal e encargos	1.410	1.356	3,98
Treinamentos/congressos e seminários	10	5	100,00
Viagens e estadias	13	14	(7,14)
Serviços de terceiros	301	279	7,89
Despesas gerais	180	124	45,16
Depreciações e amortizações	16	18	(11,11)
Contingências	119	22	440,91
2.3 Administração Assistencial			
3. Resultado negativo dos investimentos	22	-	0,00
4. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)			
5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)			
6. Operações transitórias	31	-	(96,35)
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	31	850	0,60
	5.211	5.180	(96,35)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 6
DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS
(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	5.180	4.330	19,63
1. Custeio da gestão administrativa	4.275	4.285	(0,23)
1.1. Receitas	4.275	4.285	(0,23)
Custeio administrativo da gestão previdencial	1.603	1.650	(2,85)
Custeio administrativo dos investimentos	1.923	1.698	13,25
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	126	120	5,00
Receitas diretas	106	85	24,71
Resultado positivo dos investimentos	517	732	(29,37)
2. Despesas administrativas	4.222	3.435	22,91
2.1. Administração previdencial	2.173	1.617	34,38
2.1.2. Despesas específicas	2.173	1.617	34,38
Pessoal e encargos	1.369	968	41,43
Treinamentos/congressos e seminários	9	5	80,00
Viagens e estadias	19	7	171,43
Serviços de terceiros	473	408	15,93
Despesas gerais	213	135	57,78
Depreciações e amortizações	11	13	(15,38)
Contingências	79	81	(2,47)
2.2. Administração dos investimentos	2.049	1.818	12,71
2.2.2. Despesas específicas	2.049	1.818	12,71
Pessoal e encargos	1.410	1.356	3,98
Treinamentos/congressos e seminários	10	5	100,00
Viagens e estadias	13	14	(7,14)
Serviços de terceiros	301	279	7,89
Despesas gerais	180	124	45,16
Depreciações e amortizações	16	18	(11,11)
Contingências	119	22	440,91
3. Resultado negativo dos investimentos	22	-	0,00
4. Sobre/Insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	31	850	(96,35)
5. Constituição/Reversão do fundo administrativo (4)	31	850	(96,35)
6. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	5.211	5.180	0,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 7
DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS
(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	635.625	588.573	7,99
1. Provisões Matemáticas	635.334	588.464	7,96
1.1. Benefícios Concedidos	442.177	397.032	11,37
Benefício Definido	442.177	397.032	11,37
1.2. Benefício a Conceder	193.157	191.524	0,85
Benefício Definido	193.157	191.524	0,85
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	(92)	(100,00)
(-) Serviço passado	-	(92)	(100,00)
(-) Patrocinador(es)	-	(92)	(100,00)
2. Equilíbrio Técnico	291	109	166,97
2.1. Resultados Realizados	291	109	166,97
Superávit técnico acumulado	291	109	166,97
Reserva de contingência	291	109	166,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Desban - Fundação BDMG de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída em 18 de novembro de 1977 e autorizada a funcionar sob a forma de fundação pela Portaria nº 1.885 de 30 de outubro de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Ela é regida pelas Leis Complementares 108/01 e 109/01 e tem como patrocinadores o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.), patrocinador instituidor, e a própria Fundação.

Seu objetivo principal é a concessão de complementação das prestações asseguradas pelo Regime Geral de Previdência Social, na modalidade de Benefício Definido, aos participantes e seus beneficiários, bem como a concessão dos demais benefícios de natureza previdenciária previstos no regulamento.

Para a consecução desses objetivos, o custeio do Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG, administrado pela Desban, é assegurado por contribuições dos participantes, dos assistidos e dos patrocinadores, determinadas segundo fórmulas atuariais, além de receitas provenientes de aplicações do seu patrimônio, que obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.792/09.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no País e não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com a Resolução nº 28/2009 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), alterada pela Resolução nº 1/2011 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), a Instrução nº 34/2009 da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), a Resolução nº 1.272/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aprova a NBC TE 11, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas práticas não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos circulantes de longo prazo.

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), por meio da Resolução nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterou o plano de contas padrão das entidades fechadas de previdência complementar, com adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2010.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, como principal característica, a contabilização por plano de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios de natureza previdencial e assistencial administrados pela EFPC, bem como o plano de gestão administrativa, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, observando-se as determinações da Resolução nº 28/2009.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2009, reclassificadas, de forma a permitir a comparabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras podem ser resumidas como segue:

i. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios.

ii. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares.

iii. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa deverá ser constituída em conformidade com o disposto nos itens 9 a 11, Anexo A, da Instrução nº 34/2009 da SPC.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes de contribuições previdenciais em atraso deve incidir somente sobre o valor das parcelas vencidas.

iv. Disponível

As disponibilidades representam os recursos financeiros em caixa (fundo fixo) e em bancos conta movimento na data do balanço.

v. Realizável

É demonstrado pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- Gestão previdencial

É demonstrada pelos valores a receber do plano de benefício de natureza previdencial.

- Gestão administrativa

É demonstrada pelos valores a receber do plano de gestão administrativa.

- Investimentos

São demonstrados por tipo de ativo (títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações, fundos de investimento, derivativos, investimentos imobiliários, empréstimos e financiamentos e outros realizáveis), sendo alocados no grupo de ativos por emissor.

I. Renda fixa

A aquisição de ativos de renda fixa deve ser contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos.

Conforme estabelecido pelas Resoluções do CGPC nº 4/2002 e nº 22/2006, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio dos “investimentos - realizável”, segundo as duas categorias, a saber:

- (i). Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer do título na data de aquisição, os quais são avaliados pelo valor de mercado e cujos efeitos são reconhecidos mensalmente na demonstração do resultado.
- (ii). Títulos mantidos até o vencimento - registra os títulos de renda fixa com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, bem como que sejam classificados como de baixo risco por agência de risco do país; são avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como “para negociação” são apurados com base em cotações divulgadas e estimativas de valores de realização. As quotas de fundos de investimentos de renda fixa estão registradas pelo valor da quota na data do balanço, informado pelos seus administradores. As variações resultantes da aplicação desse segmento são apropriadas como despesas ou receitas de investimentos.

II. Renda variável

A carteira de ações é contabilizada pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagem e outras taxas e avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores de São Paulo. As variações resultantes da aplicação desse segmento são apropriadas como despesas ou receitas de investimentos.

III. Investimentos imobiliários

São demonstrados ao custo de aquisição ajustado por reavaliações procedidas com base em laudo de reavaliação de peritos independentes, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 28/2009.

A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa correspondente ao tempo de vida útil econômica remanescente, conforme laudo de avaliação, e sua contrapartida é lançada como despesa de investimentos.

IV. Operações com participantes

São demonstradas ao custo mais rendimentos auferidos, computados em base *pro rata*, de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

vi. Permanente

Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual</u>
Instalações em geral	10%
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10%
Sistemas de comunicação (exceto direito de uso)	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventilador - condicionador de ar	25%
Aparelho cinematográfico (som e projeção)	15%
Software	20%

A Entidade procedeu à elaboração do inventário físico de seus bens patrimoniais, compatibilizando as fichas de controle com os registros contábeis, conforme determina a Resolução CGPC nº 28/2009, após aprovação formal da Diretoria Executiva, em 23 de dezembro de 2010.

vii. Exigível operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos até a data do balanço.

viii. Exigível atuarial

Provisões matemáticas

São calculadas pela consultoria atuarial contratada pela Entidade e representam os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (nota 10).

Benefícios concedidos: registram o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

Benefícios a conceder: registram o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais participantes ativos, calculados com base no valor atual desses benefícios e das contribuições que os participantes e seus respectivos patrocinadores recolherão à Entidade.

Provisões matemáticas a constituir: registram o valor atual das contribuições extraordinárias, referentes a compromissos especiais futuros, já vigentes no mês a que se referirem.

ix. Custeio administrativo

Atendendo à determinação da Resolução CGPC nº 28 e 29/2009, constituem fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela EFPC:

- a. Contribuição dos participantes e assistidos;
- b. Contribuição dos patrocinadores;
- c. Resultado dos investimentos;
- d. Receitas administrativas; e
- e. Fundo administrativo.

As despesas administrativas dos planos de benefícios são classificadas em comuns e específicas, sendo:

- a. Despesas administrativas comuns: gastos realizados pela Entidade comuns a mais de um plano de benefícios;
- b. Despesas administrativas específicas: gastos realizados pela Entidade vinculados especificamente a um plano de benefícios;

Para as despesas administrativas vinculadas a mais de um plano de benefícios, são adotados critérios uniformes e objetivos de rateio entre os planos de benefícios, sendo objeto de revisão periódica.

Os critérios de rateio das despesas administrativas vinculadas ao conjunto de planos de benefícios são aprovados pela Diretoria Executiva.

As despesas administrativas específicas serão alocadas diretamente nos planos de benefícios que as originaram, sem nenhuma forma de rateio.

As despesas administrativas realizadas com a gestão administrativa do plano de assistência à saúde são reembolsadas na sua totalidade.

4. DISPONIBILIDADES

Descrição	2010	2009
Caixa (fundo fixo)	1	1
Bancos conta movimento	337	291
	<u>338</u>	<u>292</u>

5. REALIZÁVEL

I. GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	2010	2009
Benefícios INSS (a)	1.020	880
Outros recursos a receber (b)	80	79
	<u>1.100</u>	<u>959</u>

- a. Referem-se ao pagamento efetuado aos participantes assistidos relativo aos benefícios previdenciais de responsabilidade do INSS e reembolsado à Entidade em janeiro de 2011.

Em 25 de fevereiro de 1980, o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS (antiga denominação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS) aprovou a proposta de convênio da Desban para o processamento e o pagamento de benefícios previdenciários.

Em 10 de janeiro de 1986, o INPS e a Entidade assinaram o Convênio de Benefícios Acidentários pelo qual a Entidade se comprometeu a processar e a pagar os auxílios-doença devidos aos participantes, quando acidentados no trabalho, e, se couber, o abono anual de que trata o Artigo 151, Inciso II, do Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 83.080/79.

Em ambos os convênios, o INSS se compromete a reembolsar a Entidade, em prazo não superior a 30 dias, das importâncias despendidas em cada mês com o pagamento de benefícios previdenciários.

- b. Referem-se ao pagamento efetuado em duplicidade à Secretaria da Receita Federal do Brasil relativo ao imposto de renda retido dos participantes assistidos. A Entidade entrou com pedido de restituição.

II. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	2010	2009
Adiantamentos a empregados (a)	5	10
Despesas antecipadas (b)	23	23
Devedores diversos - pessoa jurídica (c)	81	73
	109	106

- Referem-se ao pagamento de adiantamento de férias efetuado aos funcionários da Entidade;
- Referem-se ao pagamento de vale-transporte e prêmio de seguro de responsabilidade civil dos dirigentes;
- Referem-se a despesas com implantação do plano de benefício da modalidade de contribuição variável a ser reembolsado pelo patrocinador instituidor.

INVESTIMENTO

a. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Previdenciário		PGA		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Títulos públicos federais	272.411	282.080	397	3.088	272.808	285.168
Notas do tesouro nacional	272.411	282.080	397	3.088	272.808	285.168
Créditos privados e depósitos	188.052	160.125	3.827	1.753	191.879	161.878
Instituições financeiras	155.635	121.722	3.827	1.332	159.462	123.054
Certificados de depósitos bancários	139.598	67.983	3.827	744	143.425	68.727
Depósitos a prazo garantia especial	16.037	28.447	-	311	16.037	28.758
Operação compromissada	-	25.292	-	277	-	25.569
Companhias abertas	32.417	38.403	-	421	32.417	38.824
Debêntures não conversíveis	32.417	27.591	-	302	32.417	27.893
Notas promissórias	-	9.728	-	107	-	9.835
Cédulas de crédito bancário	-	1.084	-	12	-	1.096
Ações	27.791	99.410	-	-	27.791	99.410
Instituições financeiras	2.986	20.958	-	-	2.986	20.958
Companhias abertas	24.805	78.452	-	-	24.805	78.452
Fundos de investimentos	106.633	29.167	1.090	280	107.723	29.447
Referenciado	5.061	-	303	-	5.364	-
Renda fixa	402	-	-	-	402	-
Ações	83.029	-	787	-	83.816	-
Multimercado	4.145	1.930	-	21	4.145	1.951
Direitos creditórios	12.908	23.644	-	259	12.908	23.903
Empresas emergentes	568	3.593	-	-	568	3.593
Participações	520	-	-	-	520	-
	594.887	570.782	5.314	5.121	600.201	575.903

Os Títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Descrição	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais que 360 dias	2010	2009
				Total	Total
Títulos públicos federais	25.796	-	246.615	272.411	282.080
Certificados de depósitos bancários	111.950	12.641	15.007	139.598	67.983
Quotas fundos investimentos referenciado	-	-	5.061	5.061	-
Quotas fundos investimentos renda fixa	402	-	-	402	-
Quotas fundos investimentos direitos creditórios	586	1.700	10.622	12.908	23.644
Quotas fundos investimentos estruturados - participações	-	-	520	520	-
Quotas fundos investimentos estruturados - multimercado	4.145	-	-	4.145	1.930
Quotas fundos investimentos empresas emergentes	-	-	568	568	3.593
Operações compromissadas	-	-	-	-	25.292
Debêntures não conversíveis	-	10.352	22.065	32.417	27.591
Cédulas de crédito bancário	-	-	-	-	1.084
Depósitos a prazo garantia especial	-	-	16.037	16.037	28.447
Notas promissórias de distribuição pública	-	-	-	-	9.728
Quotas fundos investimentos renda variável	83.029	-	-	83.029	-
	225.908	24.693	316.495	567.096	471.372

b. Plano de gestão administrativa:

Descrição	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	2010	2009
				Total	Total
Títulos públicos federais	-	-	397	397	3.088
Certificados de depósitos bancários	2.967	360	500	3.827	744
Quotas fundos investimentos referenciado	303	-	-	303	-
Quotas fundos investimentos renda variável	787	-	-	787	-
Quotas fundos investimentos estruturados - multimercado	-	-	-	-	21
Quotas fundos investimentos direitos creditórios	-	-	-	-	259
Operações compromissadas	-	-	-	-	277
Debêntures não conversíveis	-	-	-	-	302
Cédulas de crédito bancário	-	-	-	-	12
Depósitos a prazo garantia especial	-	-	-	-	311
Notas promissórias de distribuição pública	-	-	-	-	107
	4.057	360	897	5.314	5.121

A Fundação classifica os títulos e valores mobiliários como segue:

Títulos para negociação

Os títulos para negociação são registrados contabilmente pela curva do papel e ajustados a valor de mercado. Os títulos públicos federais são marcados pela taxa média divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima); os

Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, pela oferta de mercado das instituições emissoras; as quotas de fundos de investimentos em empresas emergentes, fundos de investimento em renda fixa e em Fundo de Investimento em Direito Creditórios (FIDCs) foram registradas pelo valor da cota diária informada pelos administradores.

a. Plano de benefício previdenciário:

Descrição	Valor pela curva	Valor de mercado	Valor do ajuste
Certificados de depósitos bancários	139.598	139.598	-
Quotas fundos investimentos referenciado	5.061	5.061	-
Quotas fundos investimentos renda fixa	402	402	-
Quotas fundos investimentos direitos creditórios	12.908	12.908	-
Quotas fundos investimentos estruturados - participações	520	520	-
Quotas fundos investimentos estruturados - multimercado	4.145	4.145	-
Quotas fundos investimentos empresas emergentes	568	568	-
Quotas fundos investimentos renda variável	83.029	83.029	-
	<u>246.231</u>	<u>246.231</u>	<u>-</u>

b. Plano de gestão administrativa:

Descrição	Valor pela curva	Valor de mercado	Valor do ajuste
Notas do Tesouro Nacional	399	397	(2)
Certificados de Depósitos Bancários	3.827	3.827	-
Quotas fundos investimentos renda fixa	303	303	-
Quotas fundos investimentos renda variável	787	787	-
	<u>5.316</u>	<u>5.314</u>	<u>(2)</u>

Títulos mantidos até o vencimento

a. Plano de benefício previdenciário:

Os valores atualizados (acrescidos dos rendimentos nominais) dos títulos e valores mobiliários, classificados nesta modalidade, podem ser assim demonstrados:

Descrição	Valor atualizado
Notas do Tesouro Nacional	272.411
Depósito a prazo garantia especial	16.037
Debêntures não conversíveis	32.417
	<u>320.865</u>

No exercício de 2010, a Entidade alienou Títulos Públicos Federais (NTN-B), classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, gerando um efeito líquido positivo de R\$9.765 no resultado, assim demonstrado:

Data	Quantidade	Valor negociado	Valor contabilizado	Resultado
28/12/2010	49.545	100.513	90.748	9.765
		100.513	90.748	9.765

Esse procedimento teve como objetivo principal a aquisição de títulos da mesma natureza, proporcionando o alongamento da carteira de investimento do segmento de renda fixa, considerando que a expectativa para os juros de longo prazo é de baixa, assim como visando à redução da concentração dos vencimentos dos títulos, adequando, conseqüentemente, o fluxo aos compromissos atuariais.

A Entidade tem intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria, considerando possuir capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações e do perfil do exigível atuarial.

No exercício de 2010, a Entidade registrou uma reversão de provisão para perda no montante de R\$1.184, relativa à recuperação de créditos de aplicação em certificado de depósito bancário no Banco Santos S.A.

b. Investimentos imobiliários

Descrição	2010	2009
Edificações	19.068	12.555
Rendas de participações	10.258	7.137
Direitos em alienações de investimentos imobiliários	-	354
	29.326	20.046

Estão demonstrados ao custo de aquisição ajustado por reavaliações procedidas com base em laudo de reavaliação de peritos independentes, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 28/2009. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica remanescente, conforme laudo de avaliação.

Em novembro de 2010, a Entidade promoveu a reavaliação de 500 vagas de garagem do Condomínio Life Center Parking, parte integrante do empreendimento denominado Lifecenter, localizado à Av. do Contorno, nº 4.747, Bairro Serra, Belo Horizonte/MG, elaborada pela empresa especializada Raja Engenharia Ltda., cujo laudo técnico buscou atingir o Grau II de fundamentação e Grau III de precisão, seguindo o disposto no item 9.1 da NBR nº 14.653 (Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos) da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). A reavaliação foi contabilizada em novembro de 2010 e gerou um efeito líquido positivo de R\$6.702 no resultado de 2010, assim demonstrado:

	Saldo antes da reavaliação	Efeito líquido da reavaliação	Saldo após a reavaliação
Edificações para renda	12.298	6.702	19.000

Em novembro de 2010, a Entidade promoveu a reavaliação do imóvel denominado Complexo Hospitalar Lifecenter, localizado à Rua Prof. Estevão Pinto nº 15, Bairro Serra, Belo Horizonte/MG, elaborada pela empresa especializada Correia Lima Engenharia Ltda., cujo laudo técnico buscou atingir o Grau II de fundamentação e Grau III de precisão, seguindo o disposto no item 9.1 da NBR nº 14.653 (Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos) da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). O procedimento gerou um efeito líquido positivo de R\$3.276 no resultado de 2010, assim demonstrado:

	Saldo antes da reavaliação	Efeito líquido da reavaliação	Saldo após a reavaliação
Participações - complexo hospitalar	6.951	3.276	10.227

No exercício de 2010, a Desban registrou uma reversão de provisão para perda no montante de R\$90, relativa à recuperação de créditos com locação de imóveis a terceiros.

c. Operações com participantes

Descrição	2010	2009
Empréstimos	10.271	9.778
Financiamentos imobiliários	263	462
	<u>10.534</u>	<u>10.240</u>

As operações com participantes estão registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro. Compreendem a carteira dos empréstimos (simples e saúde) e financiamentos imobiliários, cujas condições prevêem as seguintes atualizações:

- Saúde: atualização monetária mensal pelo índice nacional de preço ao consumidor amplo (IPCA), juros nominais de 0,74% a.m, taxa de administração de 0,10% a.m. incidente sobre o saldo devedor.
- Simples: atualização monetária mensal pelo IPCA, juros nominais de 0,74% a.m, taxa de administração de 0,10% a.m. incidente sobre o saldo devedor.
- Habitacional: atualização monetária pelo mesmo índice utilizado para atualização das provisões matemáticas, mais juros de 12% a.a. e reajuste das prestações com periodicidade mínima anual.

6. IMOBILIZADO

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Acréscimos	Depreciação / Amortização	Saldo em 31/12/2010
Móveis e utensílios	25	-	5	20
Maquinas e equipamentos	20	-	5	15
Computadores e periféricos	53	14	22	45
Sistemas aplicativos - <i>softwares</i>	34	-	16	18
	<u>132</u>	<u>14</u>	<u>48</u>	<u>98</u>

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

I. Gestão previdencial

Descrição	2010	2009
Benefícios a pagar - aposentadoria (a)	4	4
Retenções a recolher - IRRF (b)	371	280
	<u>375</u>	<u>284</u>

- a) Referem-se ao benefício previdencial de participante assistido falecido, dependendo de decisão judicial para liberação aos herdeiros.
- b) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamento dos benefícios previdenciais relativo ao mês de dezembro de 2010.

II. Gestão administrativa

Descrição	2010	2009
Contas a pagar		
Obrigações com pessoal próprio (a)	302	178
Obrigações com pessoal cedido (b)	72	46
Fornecedores (c)	38	48
Aluguéis a pagar (d)	13	-
Retenções a recolher (e)	40	22
	<u>465</u>	<u>294</u>

- a. Referem-se às obrigações com funcionários, como provisão de férias e encargos sociais.
- b. Referem-se às obrigações com pessoal cedido pelo patrocinador instituidor relativas ao mês de dezembro de 2010.
- c. Referem-se às obrigações com fornecedores relativas ao fornecimento de serviços e

materiais para manutenção das atividades da Entidade.

- d. Referem-se ao aluguel do imóvel onde funciona a Entidade relativo ao mês de dezembro de 2010.
- e. Referem-se aos impostos e contribuições retidos dos funcionários e dos prestadores de serviços relativos ao mês de dezembro de 2010.

III. Investimentos

Descrição	2010	2009
Investimentos imobiliários	7	-
Contas a pagar (a)	7	-
Renda variável	-	13.330
Contas a pagar (b)	-	13.330
Empréstimos	1	-
IOF sobre empréstimos (c)	1	-
	8	13.330

- a. Referem-se a recebimento indevido do Hospital Life Center. A devolução foi efetuada em janeiro de 2011.
- b. Referem-se à operação de *hedge* da carteira de renda variável com objetivo de preservar a rentabilidade auferida até o mês de maio de 2009. A operação consistia em criar uma área de proteção de queda do índice de 51.682,59 até 41.436,07 pontos e limite de apropriação de alta em 59.254,09 pontos. Esse procedimento gerou o pagamento de R\$13.330 mil, considerando que o índice Ibovespa atingiu 68.588 pontos em 31 de dezembro de 2009 e a trava de alta era de 59.254,09 pontos. A operação foi realizada com a recomendação do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Deliberativo.
- c. Refere-se ao IOF sobre a liberação de empréstimos aos participantes e assistidos.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, foram constituídas provisões para fazer face às prováveis perdas decorrentes de ações judiciais movidas contra a Entidade.

Em conformidade com o disposto na Resolução CGPC nº 28/2009, os depósitos judiciais efetuados relativos aos processos judiciais de caráter tributário e previdenciário são contabilizados no exigível contingencial, em conta redutora.

a. Processos de natureza tributária

Imposto de renda

Trata-se de autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo objeto é a exigência integral do imposto de renda da Desban no período de competência de fevereiro de 1994 a agosto de 2001. Nesse sentido, cumpre mencionar que os valores das autuações, na época, perfizeram o montante de R\$21.189. Por fim, é necessário informar que os valores discutidos nos referidos autos de infrações estão provisionados, bem como há depósito judicial realizado pela Desban nos presentes autos.

PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)

A Desban foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil devido à falta/insuficiência de recolhimento do PIS, relativo ao período de janeiro de 1997 a agosto de 2001, no montante de R\$216, e da Cofins, relativo ao período de fevereiro de 1999 a agosto de 2001, no montante de R\$648. Ademais, é necessário informar que os valores discutidos nos autos de infrações em comento estão provisionados, bem como há depósito judicial realizado pela Desban nos presentes autos.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Trata-se de auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em virtude da falta de recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao período de janeiro de 1998 a dezembro de 2001, no montante de R\$6.739. Aguarda-se, atualmente, o julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. Em relação ao provisionamento dos valores discutidos neste processo, cumpre mencionar que, considerando que as decisões já proferidas nestes autos são favoráveis à Desban, bem como outros aspectos legais positivos à Entidade, a Administração, respaldada, também, por sua assessoria jurídica, entende ser desnecessária a constituição de provisão para este caso.

Os saldos do exigível contingencial de natureza tributária, se referem exclusivamente ao plano de benefícios previdenciários - BDMG, e estão demonstrados a seguir:

Contingências Tributárias

Provisão contingencial

Descrição	2010	2009
Imposto de Renda - RET	20.869	20.869
PIS	137	109
Cofins	814	643
	<u>21.820</u>	<u>21.621</u>

Depósitos judiciais

Descrição	2010	2009
Imposto de Renda - RET	20.869	20.869
PIS	134	107
Cofins	795	628
	<u>21.798</u>	<u>21.604</u>
Saldo Líquido	<u>22</u>	<u>17</u>

b. Processos de natureza previdenciária

Previdenciárias - IPCA/2001-2004

Trata-se de ações de procedimento ordinário em que os autores postulam a aplicação do IPCA como índice de correção monetária de seus benefícios previdenciários no período de 2001 a 2004, ao argumento de que o índice aplicado pela Desban, correspondente à taxa referencial, teria sido inferior ao IPCA no período referido.

Previdenciárias - reajuste de benefício - conversão de moedas (cruzeiro real = plano real)

Trata-se de ação cujo objeto é a revisão e a recomposição de benefício de participante, visto que no momento de transição do plano Cruzeiro Real para o plano Real não foi aplicado pela Desban o percentual devido referente à variação acumulada do índice de atualização monetária da caderneta de poupança, no período compreendido entre maio de 1994 a abril de 1995.

Cível - majoração de benefício

Cuida da presente ação de majoração de benefícios previdenciários em decorrência de reflexos das reclamatórias trabalhistas propostas contra o BDMG.

Trabalhista - majoração de benefício

Cuida da presente ação de majoração de benefícios previdenciários em decorrência de reflexos das reclamações trabalhistas propostas contra o BDMG.

Os saldos do exigível contingencial de natureza previdenciária estão demonstrados a seguir:

Provisão contingencial

Descrição	2010	2009
Processos judiciais	1.235	1.179

Depósitos judiciais

Descrição	2010	2009
Processos judiciais	1.235	1.179

Saldo líquido

-	-
---	---

9. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - AJUSTES E ELIMINAÇÕES

Em cumprimento ao disposto no Anexo A, Inciso II, item 6 da Instrução nº 34/2009 da SPC, ao final de cada mês a Entidade deve registrar nos planos de benefícios previdenciais a parcela equivalente à participação no fundo administrativo registrado no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Demonstramos a seguir a movimentação no exercício relativa aos ajustes efetuados com objetivo de anular os efeitos desse procedimento no balanço consolidado.

No Ativo

Conta: Participação no PGA

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo inicial	5.180	4.330
Movimento no exercício	31	850
	<u>5.211</u>	<u>5.180</u>

No Passivo

Conta: Participação no Fundo Administrativo do PGA

<u>Descrição</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldo inicial	5.180	4.330
Movimento no exercício	31	850
	<u>5.211</u>	<u>5.180</u>

10. EXIGÍVEL ATUARIAL

Os cálculos das Provisões Matemáticas são de responsabilidade do atuário externo contratado pela Entidade, a Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda., as quais representam as obrigações assumidas para concessão de benefícios atuais e futuros aos participantes e seus beneficiários, calculadas em regime de capitalização, considerando a taxa de juros reais de 5,50% ao ano.

Para avaliação do fluxo de receitas, admitiu-se um reajuste de 8,25% nas taxas de contribuição dos participantes e patrocinadores, com destinação de 9% dessa receita para cobertura de despesas administrativas.

Na avaliação atuarial do exercício de 2010, as provisões matemáticas sofreram variações em face da implantação do Plano de Cargos e Salários do patrocinador, da revisão da premissa relativa ao crescimento real de salário e da rotatividade, além das variações da massa, aqui incluídas as novas adesões e baixas ocorridas no período. As premissas revistas estão condizentes com a realidade da massa.

As principais hipóteses atuariais e econômicas na apuração do exigível atuarial foram:

- Taxa de juros: 5,50% ao ano.

- Projeção do crescimento real de salário: Para os técnicos nível 1T, 1,73% ao ano + 0,43% convenção coletiva; nível 2T, 3,68% ao ano + 0,43% convenção coletiva; nível 2T acima do teto e nível 3T, 0,43% ao ano convenção coletiva. Para analistas de desenvolvimento/advogados nível 3A, 1,50% ao ano + 0,43% convenção coletiva; nível 4A, 1,17% ao ano + 0,43% convenção coletiva; nível 5A 0,43% ao ano convenção coletiva.
- Projeção de crescimento real do maior salário de benefícios do INSS: Nula.
- Projeções de crescimento real do benefício do plano: Nula.
- Tábua de mortalidade de válidos: AT - 2000.
- Tábua de mortalidade de Inválidos: IAPB 57.
- Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.
- Rotatividade: 8,63% até três anos de serviço, 1,74% de três a cinco anos e 0,32% após cinco anos de serviço.
- Hipótese sobre a composição familiar de pensionistas: composição familiar real.

11. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Superávit (Déficit) técnico

Representa o excedente ou insuficiência patrimonial (superávit/déficit) em relação aos compromissos totais da Fundação, como demonstrado:

	2010	2009
Saldo inicial	109	(21.227)
(+) Resultado do exercício	182	21.336
	<u>291</u>	<u>109</u>

12. FUNDOS

Gestão administrativa

No tocante ao fundo da gestão administrativa, a movimentação no exercício pode ser assim resumida:

	2010	2009
Saldo inicial	5.180	4.330
Formação de fundos	31	850
	<u>5.211</u>	<u>5.180</u>

13. PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A partir de 1º de janeiro de 2010, as entidades fechadas de previdência complementar que operam plano de assistência à saúde a seus participantes e assistidos passaram a utilizar o plano de contas padrão da ANS, em cumprimento à determinação contida no Anexo A, Inciso II, item 4 da Instrução nº 34/2009, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

As demonstrações financeiras do plano de assistência à saúde, administrado pela Entidade, foram elaboradas e apresentadas de acordo com o plano de contas padrão instituído pela Agência Nacional de Previdência Complementar (ANS), consoantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas aplicáveis às operadoras de planos de saúde.

Nas demonstrações financeiras das entidades fechadas de previdência complementar, os eventos relativos ao plano de assistência à saúde aparecem de forma consolidada no ativo, passivo e resultado. Os registros analíticos são apresentados nas demonstrações elaboradas em conformidade com as normas aplicáveis às operadoras de planos de saúde.

Apresentamos a movimentação dos eventos contábeis do plano de assistência à saúde nas demonstrações financeiras das EFPC.

Descrição	2010	2009
Ativo	20.297	17.389
Passivo	20.297	17.389
Resultado	2.055	2.780
Receitas	8.833	9.224
Despesas	(6.778)	(6.444)

A diferença apresentada, no exercício de 2009, na gestão assistencial entre o total do ativo e passivo do balanço patrimonial da Previc e da ANS, se refere à reclassificação do depósito judicial que, de acordo com as normas contábeis das operadoras de plano de saúde, é contabilizado no ativo, e com as normas das entidades fechadas de previdência complementar, é contabilizado como redutora do passivo contingencial, conforme demonstrado:

Descrição	Exercício findo em 2009	
	Ativo	Passivo
EFPC - gestão assistencial		
Exigível contingencial	-	1.026
(-) Depósito judicial	-	(1.026)
	<u>-</u>	<u>-</u>
ANS		
Depósitos judiciais e fiscais - tributos	1.026	-
Provisão para contingência tributária	-	1.026
	<u>1.026</u>	<u>1.026</u>

14. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Entidade manter cobertura de seguros para os bens dos investimentos imobiliários sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de janeiro de 2011 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) publicou a Portaria nº 23 autorizando a aplicação do regulamento do Plano de Benefícios Previdenciários BDMG - CV, administrado pela Entidade, com inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) sob o nº 2011.0001-65.

A Superintendência aprovou, ainda, o convênio de adesão do patrocinador Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG), e o termo de adesão da Desban - Fundação BDMG de Seguridade Social, na condição de patrocinadores do referido plano.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

i. Administração dos investimentos

Atendendo à determinação da Resolução CMN nº 3.792/09, a Entidade contratou pessoa jurídica credenciada na Comissão de Valores Mobiliários como agente custodiante dos títulos e valores mobiliários e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável.

A administração dos investimentos é exercida pela própria Entidade.

ii. Contribuições em atraso - plano previdencial

Nos exercícios de 2010 e 2009, o montante de contribuições previdenciais em atraso atingiu R\$9 e R\$7, respectivamente.

6.2 Plano Assistencial

CONTEÚDO

Quadro 1 - Balanço patrimonial

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido/patrimônio social

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

QUADRO 1

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE	8.393	17.367	PASSIVO CIRCULANTE	761	1.106
DISPONÍVEL	172	10	Provisões técnicas de operações assist. à saúde	570	834
REALIZÁVEL	8.221	17.357	Provisão de eventos/sinistros a liquidar	18	44
Aplicações	8.221	17.341	Provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados	552	557
Outros valores e bens	-	16	Outras provisões técnicas	-	233
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.904	1.048	Débitos com operações de assist. à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	109	101
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.773	1.026	Tributos e contribuições a recolher	28	50
Aplicações	10.572	-	Débitos diversos	54	121
Valores e bens	1.201	1.026	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.221	1.049
IMOBILIZADO	1	2	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.221	1.049
Bens móveis - não hospitalares/não odontológicos	1	2	Provisões	1.221	1.049
INTANGÍVEL	130	20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	18.315	16.260
TOTAL DO ATIVO	20.297	18.415	Reservas	18.315	16.260
			Reservas de lucros/sobras/retenção de superávits	18.315	16.260
			TOTAL DO PASSIVO	20.297	18.415

A notas explicativas, são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2010	2009
Contraprestações efetivas/prêmios ganhos de Plano de Assistência à Saúde	6.051	6.409
Contraprestações líquidas/prêmios retidos	5.818	6.416
Variação das provisões técnicas	233	(7)
Eventos/sinistros indenizáveis líquidos	(4.013)	(3.534)
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados	(4.942)	(3.719)
Recuperação de eventos/sinistros conhecidos ou avisados	925	229
Variação da provisão de eventos/sinistros ocorridos e não avisados	4	(44)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	2.038	2.875
Outras receitas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	844	1.010
Outras despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	(848)	(842)
RESULTADO BRUTO	2.034	3.043
Despesas administrativas	(1.781)	(1.953)
Outras receitas operacionais	-	61
Outras despesas operacionais	(135)	(116)
Outras	(135)	(116)
Resultado financeiro líquido	1.937	1.745
Receitas financeiras	1.938	1.745
Despesas financeiras	(1)	-
RESULTADO OPERACIONAL	2.055	2.780
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	2.055	2.780
RESULTADO LÍQUIDO	2.055	2.780

A notas explicativas, são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	RESERVAS DE LUCROS/ SOBRAS/ RETENÇÃO DE SUPERÁVITS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	13.480	13.480
Lucro/superávit /prejuízo do exercício	2.780	2.780
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	16.260	16.260
Lucro/superávit /prejuízo do exercício	2.055	2.055
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	18.315	18.315

A notas explicativas, são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de planos de saúde	5.814	6.416
(+) Resgate de aplicações financeiras	621	988
(+) Outros recebimentos operacionais	815	1.071
(-) Pagamento a fornecedores / prestadores de serviços de saúde	(4.003)	(4.342)
(-) Pagamento de pessoal	(1.178)	(1.155)
(-) Pagamento de serviços de terceiros	(236)	(377)
(-) Pagamento de tributos	(8)	-
(-) Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(175)	(213)
(-) Pagamento de aluguel	(61)	(58)
(-) Aplicações financeiras	(264)	(2.159)
(-) Outros pagamentos operacionais	(1.161)	(164)
Caixa líquido das atividades operacionais	163	7
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	163	7
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	163	7
CAIXA - saldo inicial	10	3
CAIXA - saldo final	172	10
Ativos livres no início do período	16.378	13.658
Ativos livres no final do período	18.965	16.508
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	2.587	2.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Desban - Fundação BDMG de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída em 18 de novembro de 1977 e autorizada a funcionar sob a forma de fundação pela Portaria nº 1.885 de 30 de outubro de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Ela é regida pelas Leis Complementares 108/01 e 109/01, e tem como patrocinadores o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.), patrocinador instituidor, e a própria Fundação.

Seu objetivo principal é a concessão de complementação das prestações asseguradas pelo Regime Geral de Previdência Social, na modalidade de Benefício Definido, aos participantes e seus beneficiários, bem como a concessão dos demais benefícios de natureza previdenciária previstos no regulamento.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país e não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

Além do seu objetivo principal, a Entidade é operadora do Programa de Promoção à Saúde (Pro-Saúde) na modalidade de autogestão, custeado pelos patrocinadores, participantes e assistidos, tendo como objetivo a cobertura de despesas com assistência médica a seus participantes e assistidos, empregados do BDMG e da própria Fundação, e aos seus dependentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às operadoras de planos de saúde.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), por meio da Resolução Normativa nº 207/09, alterou o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde, instituído pela RN nº 136/06, com adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2010.

Em cumprimento à Instrução Normativa ANS nº 19/2008, as operadoras de planos de assistência à saúde vinculadas às Entidades Fechadas de Previdência Complementar deverão adotar integralmente o Plano de Contas Padrão ANS a partir de 1º de janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2009, reclassificadas de forma a permitir a comparabilidade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras podem ser resumidas como segue:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercícios.

Receitas e despesas

As receitas são originadas, principalmente, das contribuições mensais dos patrocinadores, participantes e assistidos, além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio, que obedecem ao disposto na Resolução ANS nº 159/07.

A despesa com eventos/sinistros conhecidos ou avisados é apropriada considerando a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores de serviços pelo seu valor integral.

O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da operadora, o reconhecimento da despesa se dá com a constituição da provisão técnica específica (Peona - Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados), nos moldes da legislação em vigor.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares.

c. Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, em consonância com o artigo 289 §6º da Lei nº 9.457/97 e Instrução Normativa ANS nº 40/2010.

d. Ativos circulantes

I - Os ativos são reconhecidos pelos valores de realização, atualizados, quando aplicável, pelos rendimentos auferidos até a data do balanço.

II - A Provisão para Perda sobre Crédito (PPSC) é constituída conforme critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa ANS nº 36/2009.

e. Ativos não circulantes

I - Realizável a longo prazo - os direitos realizáveis após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificados como longo prazo, e apresentados pelo valor presente de realização.

II - Imobilizado - é demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

III - Intangível - é demonstrado pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

A depreciação e amortização são calculadas conforme taxas mencionadas a seguir:

Descrição	Taxa anual
Instalações em geral	10%
Móveis, utensílios, máquinas e equipamentos	10%
Sistemas de comunicação (exceto direito de uso)	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventilador - condicionador de ar	25%
Aparelho cinematográfico (som e projeção)	15%
Software	20%

A Entidade procedeu à elaboração do inventário físico de seus bens patrimoniais, compatibilizando as fichas de controle com os registros contábeis. A aprovação formal do inventário pela Diretoria Executiva ocorreu em 23 de dezembro de 2010.

f. Passivos circulantes

I - São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

II - As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 209/09.

g. Passivos não circulantes

I - As provisões e obrigações a pagar após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificadas como longo prazo, atualizadas, quando aplicável, pelos encargos previstos.

II - As provisões de contingências são constituídas para os casos de probabilidade de perda provável cujo desembolso possa ser mensurável, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25.

4. DISPONIBILIDADES

Descrição	2010	2009
Bancos conta movimento	172	10
	172	10

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Aplicações - renda fixa

A aquisição de ativos de renda fixa deve ser contabilizada pelo valor efetivamente desembolsado, incluídas as corretagens e os emolumentos. As variações resultantes da aplicação desse segmento são apropriadas diretamente no resultado do exercício.

Descrição	2010	2009
Ativo circulante (1)	8.221	17.341
Aplicações vinculadas às provisões técnicas	922	843
Títulos de renda fixa - privados	922	843
Cotas de fundos de investimentos	922	843
Aplicações não vinculadas às provisões técnicas	7.299	16.498
Títulos de renda fixa - públicos	-	9.345
Notas do Tesouro Nacional	-	9.345
Títulos de renda fixa - privados	7.299	7.153
Depósitos bancários a prazo (CDB/RDB)	6.793	3.253
Cotas de fundos de investimentos	506	847
Debêntures	-	915
Outros títulos de renda fixa	-	2.138
Operações compromissadas	-	837
Depósito a prazo com garantia especial	-	943
Notas promissórias de distribuição pública	-	323
Cédulas de crédito bancário	-	35
Ativo não circulante (2)	10.572	-
Aplicações não vinculadas às provisões técnicas	10.572	-
Títulos de renda fixa - públicos	10.572	-
Notas do Tesouro Nacional	10.572	-
Total das aplicações (1+2)	18.793	17.341

Os títulos e valores mobiliários apresentam os seguintes prazos de vencimento:

Descrição	Até	181 a 360	Mais de 360	2010	2009
	180 dias	dias	dias	Total	Total
Notas do tesouro nacional	-	-	10.572	10.572	9.345
Certificados de depósito bancários	5.874	719	200	6.793	3.253
Cotas fundos investimento renda fixa	922	-	-	922	843
Cotas fundos investimento referenciado	506	-	-	506	-
Cotas fundos investimento	-	-	-	-	847
Operações compromissadas	-	-	-	-	837
Debêntures não conversíveis	-	-	-	-	915
Cédulas de crédito bancário	-	-	-	-	35
Depósitos a prazo garantia especial	-	-	-	-	943
Notas promissórias de distribuição pública	-	-	-	-	323
	<u>7.302</u>	<u>719</u>	<u>10.772</u>	<u>18.793</u>	<u>17.341</u>

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2010	2009
Contraprestações pecuniárias a receber	-	-
Contribuição dos participantes	3	3
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(3)	(3)
Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis	-	-
Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis	1	1
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(1)	(1)
Total líquido	<u>-</u>	<u>-</u>

Composição dos saldos por vencimento:

Descrição	2010	2009
Acima de 90 dias	4	4
	<u>4</u>	<u>4</u>

a. Contraprestações pecuniárias/prêmio a receber

Referem-se às contribuições a receber dos participantes. São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

b. Participação dos beneficiários em eventos indenizáveis

Refere-se à co-participação a receber dos beneficiários nos eventos com assistência médica.

c. Provisão para Perda sobre Créditos (PPSC)

A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias. A Administração da Entidade revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

7. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) Depósitos judiciais e fiscais - Referem-se aos valores depositados em juízo resultantes de ações de natureza tributária. Os valores demonstrados a seguir se referem exclusivamente ao Plano de Benefício de Assistência à Saúde.

Descrição	2010	2009
Imposto de Renda - RET	320	320
PIS	124	100
Cofins	757	606
	<u>1.201</u>	<u>1.026</u>

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Acréscimos	Depreciação / amortização	Saldo em 31/12/2010
Imobilizado				
Bens móveis não hospitalar				
Máquinas e equipamentos	1	-	1	-
Móveis e utensílios	1	-	-	1
	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Intangível				
Intangível não hospitalar				
Sistema de computação	20	114	4	130
	<u>20</u>	<u>114</u>	<u>4</u>	<u>130</u>

O acréscimo no intangível refere-se à implantação do Sistema de Saúde.

9. PASSIVO CIRCULANTE

a. Provisões técnicas

Descrição	2010	2009
Provisão de eventos a liquidar (i)	18	44
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (ii)	552	557
Outras provisões técnicas (provisão de risco) (iii)	-	233
	<u>570</u>	<u>834</u>

- (i). Representa a provisão de eventos ocorridos e ainda não pagos. A RN ANS nº 209/09 determinou a constituição dessa provisão a partir de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador de serviços no momento da apresentação da cobrança às operadoras.
- (ii). Representa a provisão para fazer face ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída em conformidade com a metodologia constante na RN nº 209/09.

Em cumprimento às disposições contidas na RN nº 159/07 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, determinando a constituição de garantias financeiras das provisões técnicas, a Entidade adquiriu cotas do Santander Fundo de Investimento dedicado ao Setor de Saúde Suplementar (ANS Renda Fixa), cujo valor em 31 de dezembro de 2010 atingiu o montante de R\$922 mil. Esses recursos encontram-se vinculados à Agência Nacional de Saúde Suplementar, não podendo ser movimentados ou oferecidos à alienação sem a autorização da ANS. (vide nota 5)

- (iii). Em cumprimento ao §2º do Artigo 1º da RN ANS nº 206/09, o saldo da provisão de risco em 31 de dezembro de 2009 foi revertido em sua totalidade em janeiro de 2010.

b. Fornecedores e outros débitos

Descrição	2010	2009
Operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora (a)	109	101
Tributos e contribuições a recolher (b)	28	50
Débitos diversos (c)	54	121
	<u>191</u>	<u>272</u>

- (a) Referem-se ao saldo dos valores recebido da patrocinadora instituidora para cobertura das despesas com o Programa de Medicina Preventiva.
- (b) Referem-se aos tributos e contribuições a recolher sobre os serviços prestados por terceiros.
- (c) Referem-se ao débito com fornecedores pelo fornecimento de materiais e serviços.

10. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a. Provisões contingenciais

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, foram constituídas provisões para fazer face às prováveis perdas decorrentes de ações judiciais, movidas contra a Entidade, de natureza tributária, conforme descrito a seguir:

Imposto de renda

Trata-se de autos de infrações lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujo objeto é a exigência integral do imposto de renda da Desban no período de competência de fevereiro de 1994 a agosto de 2001. Nesse sentido, cumpre mencionar que os valores das autuações, na época, perfizeram o montante de R\$21.189. Por fim, é necessário informar que os valores discutidos nos referidos autos de infrações estão provisionados, bem como há depósito judicial realizado pela Desban nos presentes autos.

PIS - Programa de Integração Social / COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

A Desban foi autuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil devido à falta/insuficiência de recolhimento do PIS, relativo ao período de janeiro de 1997 a agosto de 2001, no montante de R\$216, e da Cofins, relativo ao período de fevereiro de 1999 a agosto de 2001, no montante de R\$648. Ademais, é necessário informar que os valores discutidos nos autos de infrações em comento estão provisionados, bem como há depósito judicial realizado pela Desban nos presentes autos.

Os saldos demonstrados, que se referem exclusivamente ao Plano de Benefício de Assistência à Saúde, estão demonstrados a seguir:

Descrição	2010	2009
Imposto de Renda - RET	320	320
PIS	127	103
Cofins	774	626
	<u>1.221</u>	<u>1.049</u>

A Entidade possui depósitos judiciais registrados em seu ativo relativos aos processos relacionados. (vide nota 7)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO/PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio é representado pelo excedente ou insuficiência patrimonial (superávit/déficit) em relação aos compromissos totais da Entidade, como demonstrado:

Descrição	2010	2009
Saldo inicial	16.260	13.480
(+) Resultado do exercício	2.055	2.780
	<u>18.315</u>	<u>16.260</u>

12. DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO

As despesas com administração da Entidade são contabilizadas na atividade de previdência complementar e na atividade de assistência à saúde, utilizando-se os seguintes critérios:

- a. Despesas comuns: são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa da atividade vinculada à previdência complementar. Em seguida, são rateadas entre a atividade de previdência complementar e a atividade de assistência à saúde. As despesas administrativas inerentes à atividade de assistência à saúde registradas no PGA são reembolsadas na sua totalidade à atividade de previdência complementar;
- b. Despesas específicas: são contabilizadas diretamente na atividade específica.

As despesas com administração estão assim demonstradas:

Descrição	2010	2009
Despesas com pessoal próprio	1.182	1.126
Despesas com serviços de terceiros	176	377
Despesas com localização e funcionamento	219	217
Despesas com publicidade e propaganda institucional	5	-
Despesas com tributos	8	2
Provisão para contingências administrativas	172	220
Despesas administrativas diversas	19	11
	<u>1.781</u>	<u>1.953</u>

13. OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANO DE SAÚDE DA OPERADORA

São demonstradas pelas operações com o Programa de Medicina Preventiva, totalmente reembolsado pelos patrocinadores.

14. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Entidade manter cobertura de seguros para os bens sujeitos a risco, por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

DIRETORIA EXECUTIVA

Silvana Guimarães Mendes Dantas
Diretora-superintendente
CPF - 426.730.466-15

Iris Lanna de Moraes
Diretora-financeira
CPF - 489.370.296-34

Vitor Cláudio Chaves Faria
Diretor de Seguridade
CPF - 230.851.696-87

Márcio de Souza Monteiro
Contador Responsável
CRC MG - 32.296
CPF - 131.605.246-04

7.1 Parecer dos Auditores Independentes**7.1.1 Plano de Benefícios Previdenciários - BDMG****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Patrocinadores da
DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações da mutação do ativo líquido (consolidado e por plano de benefícios), do ativo líquido, do plano de gestão administrativa (consolidado e por plano de benefício) e das obrigações atuariais do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 21 de março de 2011

Antônio de Pádua Soares Pelicarp
Sócio-contador
CRC 1MG027739/O-3
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" MG

7.1.2 Plano Assistencial

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Patrocinadores da
DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas pela Administração da Entidade com base nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conseqüentemente não contemplam todas as demonstrações financeiras da DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social, portanto não substitui a leitura das demonstrações financeiras auditadas de acordo práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, preparadas com a finalidade específica de atendimento da ANS, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e a financeira da DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESTRIÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas para auxiliar a Entidade a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Saúde - ANS. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outras finalidades.

ÊNFASE SOBRE A APRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) foram alteradas a partir de 2010 e, no parágrafo único do artigo 1º dessa resolução, estabelece que as entidades que operam planos de assistência à saúde devem seguir as instruções e a planificação contábil da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). As demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para fins de comparação, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 21 de março de 2011

Antônio de Pádua Soares Pelicarmo
Sócio-contador
CRC 1MG027739/O-3
BDO Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" MG

7.2 Parecer do Atuário

Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2010

1. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano de Benefícios Previdenciários do BDMG, doravante Plano BDMG, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.

As Provisões Matemáticas desse plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2010, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.10.2010, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano BDMG, em 31.12.2010, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CGPC nº 28/2009 e IN SPC nº 34/2009:

Valores em R\$

		Valores em R\$
2.3.	PATRIMÔNIO SOCIAL	640.836.484,52
2.3.1	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	635.625.087,70
2.3.1.1	PROVISÕES MATEMÁTICAS	635.333.668,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	442.176.956,00
2.3.1.1.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	442.176.956,00
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	408.917.796,00
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	33.259.160,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	193.156.712,00
2.3.1.1.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	182.971.632,00
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	233.788.780,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(25.030.587,00)
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(25.786.561,00)
2.3.1.1.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	10.185.080,00
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	13.013.807,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(1.393.323,00)
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(1.435.404,00)
2.3.1.1.02.04.00	BEN. DEFINIDO ESTRUT. EM REG. DE REPART. DE CAP. DE COB.	-
2.3.1.1.02.05.00	BEN. DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	291.419,70
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	291.419,70
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	291.419,70
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	291.419,70
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	5.211.396,82
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	5.211.396,82
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

A Avaliação Atuarial de 2010 foi desenvolvida considerando:

- o Regulamento do Plano de Benefício Previdenciário - BDMG, cuja última alteração foi aprovada pela Portaria da SPC nº 3.223, de 11/12/2009;
- as informações cadastrais dos participantes ativos na data base de setembro/2010 e dos assistidos abrangidos pelo plano na data-base de novembro/2010, cuja coerência e consistência dos dados foram consideradas satisfatórias após aplicação de testes julgados necessários;
- os demonstrativos contábeis fornecidos pela DESBAN;
- as premissas e hipóteses quanto à projeção de crescimento salarial futuro e à rotatividade, definidas e justificadas pelo patrocinador na correspondência DGP-0173-2010E, de 05.11.2010;
- Premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, as características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

2. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

2.1. Hipóteses

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância, admitidas na avaliação atuarial de 2010, destacam-se as indicadas a seguir:

2.1.1. Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa real de juro atuarial: 5,5% a.a.;
- Indexador Econômico do plano: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Crescimento real dos Benefícios do Plano: 0,0%;
- Fator de capacidade: 0,98;
- Crescimento real anual de salários: variável de acordo com o cargo e o nível, conforme informado pelo patrocinador e sintetizado a seguir:

Técnico		Analista/Advogados	
Nível	Crescimento Salarial (% a.a.)	Nível	Crescimento Salarial (% a.a.)
1T	2,16%	3A	1,93%
2T	4,11%	4A	1,60%
2T acima do Teto	0,43%	5A	0,43%
3T	0,43%	-	-

Teto= R\$ 2.823,00 + gratificação de 25%

Para os técnicos de desenvolvimento que ocupam os cargos de confiança de Secretária(o) ou Técnico de Manutenção e para os Analistas, Advogados e Técnicos cujo salário do cargo de confiança é inferior a 1,55 x Salário Base, a taxa de crescimento será definida conforme descrito anteriormente, ou seja, pela posição no cargo efetivo.

Para os demais casos a expectativa de crescimento dos salários é de 0,43% referente à Convenção Coletiva.

2.1.2. Hipóteses Biométricas e Demográficas

- Mortalidade Geral: *AT 2000 Segregada por sexo.*
- Entrada em Invalidez: *Álvaro Vindas;*
- Mortalidade de Inválidos: *IAPB 57;*
- Rotatividade:

- 8,63% até 3 (três) anos de serviço;

- 1,74% entre 3 (três) e 5 (cinco) anos de serviço;

- 0,32% após 5 anos de serviço.

2.1.3. Outras Hipóteses

- Composição familiar do participante ativo: *considera-se que 95% dos participantes ativos são casados, a esposa é 4 (quatro) anos mais jovem, com dois filhos dependentes.*
- Composição familiar do participante assistido: *considera-se a estrutura familiar informada e a idade real do cônjuge.*

2.2. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Nessa avaliação, admitiu-se o Regime de Capitalização e o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios e Institutos do Plano, menos para o benefício de Auxílio-Doença dos primeiros 24 meses, avaliado pelo método de Repartição Simples, e para o benefício de Auxílio-Reclusão, considerado imaterial.

Exceto com relação às hipóteses referentes à projeção de crescimento salarial futuro e à rotatividade, as premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais adotados nesta avaliação não sofreram alteração em relação à Avaliação Atuarial de 2009.

3. Plano de Custeio

Ante o equilíbrio técnico apurado, deverá ser mantido para 2011 o Plano de Custeio aprovado em 2010, especificado a seguir, exceto com relação ao percentual destinado ao custeio administrativo, reduzido de 15% para 9%, conforme determinação da entidade: Rodarte Nogueira consultoria em estatística e atuária.

3.1. Participantes Ativos

Base de Desconto	% Aplicável sobre a Base de Desconto em 2010	% Aplicável sobre a Base de Desconto em 2011	% Aplicável sobre a Base de Desconto a partir de 2012
SP limitado a 5,625 URD	Min[1%+2% x δ];3%]	Min[1,0825%+2,165% x δ]; 3,2475%]	Min[1,1825%+2,365% x δ]; 3,5475%]
Excesso do SP em relação a 1,25 URD	9,0%	9,7425%	10,6425%
Excesso do SP em relação a 3,75 URD	5,0%	5,4125%	5,9125%

δ = máximo ((idade de inscrição no plano-18) / 30; 0)

3.2. Participantes Assistidos

Base de Desconto	% Aplicável sobre a Base de Desconto em 2010	% Aplicável sobre a Base de Desconto em 2011	% Aplicável sobre a Base de Desconto a partir de 2012
Complementação de aposentadoria *	7,5%	8,1188%	8,8688%

3.3. Patrocinadores

Os patrocinadores efetuam contribuição normal igual às contribuições que os participantes e assistidos pagam globalmente.

Para o custeio administrativo é prevista a destinação de 9% das contribuições vertidas.

4. Situação Econômico-Financeira do Plano

O confronto das provisões matemáticas reavaliadas com o Patrimônio de Cobertura do Plano BDMG, em 31.12.2010, revela superávit técnico de 0,046% do Patrimônio de Cobertura, o qual deverá ser mantido em Reserva de Contingência, conforme determina a legislação pertinente.

Quando considerados os resultados dessa avaliação, o superávit técnico registrado no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial de 2009 – DRAA 2009 (0,019% do Patrimônio de Cobertura do Plano) permanece praticamente inalterado. Isto porque, nessa avaliação, os ganhos atuariais compensaram as perdas, conduzindo à manutenção do equilíbrio técnico.

Entre os ganhos atuariais observados destacam-se: a redução de 15% para 9% da taxa de carregamento para o custeio administrativo, aumentando a parcela das contribuições previdenciais destinadas à constituição das provisões matemáticas, e a performance financeira dos investimentos que superou em 1,17% o mínimo atuarial esperado no último ano.

Entre as perdas atuariais observadas, tem destaque aquelas que decorreram do Acordo Coletivo de setembro/2010, que fixou reposição salarial 65% acima do índice esperado e da implantação do novo Plano de Cargos e Salários do BDMG que, além de conceder de imediato aumento real de salários em razão do reposicionamento dos empregados na nova tabela salarial, também afetou a hipótese de projeção de crescimento salarial futuro.

Ante o equilíbrio técnico apurado, deverá ser mantido para 2011 o Plano de Custeio aprovado em 2010, especificado no item 3, que estabelece aumentos contributivos de 8,25% em 2011 e de 9,24% em 2012, alterando-se o percentual destinado ao custeio administrativo para 9%, conforme determinação da entidade.

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009, registra-se que o limite anual de recursos destinados à gestão administrativa do Plano de Benefícios administrado pela DESBAN, sujeito à Lei Complementar nº 108, de 29/05/2001, será de 1% do montante dos recursos garantidores do mencionado plano no último dia útil do exercício de 2011.

O Plano de Benefícios Previdenciários BDMG tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela DESBAN.

Este é o parecer.
Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2011.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária
CIBA n° 070

Cássia Maria Nogueira
Responsável Técnico
Atuarial
MIBA/MTb n° 1.049

7.3 Parecer do Conselho Deliberativo

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aos
Participantes, Patrocinadores e Diretores da
Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social

01 – REUNIÃO: **Nº. 0146**

02 – ASSUNTO: Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2010.

03 – RESOLUÇÃO: O Conselho Deliberativo da Desban – Fundação BDMG de Seguridade Social, no uso de suas atribuições estatutárias, após exame do Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido (consolidado e por plano de benefício), do Ativo Líquido, do Plano de Gestão Administrativa (consolidado e por plano de benefício), e Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2010, bem como dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho fiscal e dos Consultores Atuariais, **RESOLVEU** aprovar por unanimidade, na forma apresentada, os referidos documentos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2011

Polyana Schetini Martins Silva
Presidente do Conselho Deliberativo

7.4 Manifestação do Conselho Fiscal

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Referência: Demonstrações contábeis do exercício de 2010

Em atendimento ao inciso I do artigo 36 do Regimento Interno dos Órgãos Estatutários da Desban e com base na análise efetuada nas demonstrações contábeis e financeiras de encerramento do exercício de 2010, consubstanciada pelo parecer do atuário responsável pelos planos de benefícios, Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária, bem como pelo parecer do auditor independente, BDO Trevisan Auditores Independentes, aprovamos por unanimidade e sem ressalvas as referidas demonstrações da Desban Fundação BDMG de Seguridade Social.

Belo Horizonte, 29 de março de 2011.

Carlos César da Silva

Hamilton Couto D'Agostini

Eduardo Tadeu Matosinhos

José Tadeu de Abreu

Leonardo Viana Cunha

Marta Ely Dias Oliveira

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORA-SUPERINTENDENTE
SILVANA GUIMARÃES MENDES DANTAS

DIRETORA-FINANCEIRA
ÍRIS LANNA DE MORAES

DIRETOR DE SEGURIDADE
VITOR CLÁUDIO CHAVES FARIA

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
POLYANA SCHETINI MARTINS SILVA

TITULARES
EWERTON DE OLIVEIRA ROCHA
JULIANA RODRIGUES DE PAULA CHIARI
LUCIANE DE SOUZA SALDANHA
SUELY CASTRO MIRANDA TOLEDO
VIRGÍLIO ROSA FILHO

SUPLENTES
ALEXANDRE MOREIRA PENA RAMOS
MARCO AURÉLIO CLEMENTINO
MÔNICA BORBA FONSECA MARTINS
RENATA CANÇADO LOBATO
SAULO DIAS DE OLIVEIRA
YURI RAPHAEL FERRACIOLI

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE
CARLOS CÉSAR DA SILVA

TITULARES
ANDRÉ LUIZ VIEIRA
LEONARDO VIANA CUNHA
JOSÉ TADEU DE ABREU

SUPLENTES
EDUARDO TADEU MATOSINHOS
HAMILTON COUTO D'AGOSTINI
MARTA ELY DIAS OLIVEIRA
SÉRGIO LUIS COSTA FIORINI

DESBAN - Fundação BDMG de Seguridade Social

31 3249-8506 :: noticias@desban.org.br

Rua Bernardo Guimarães, 1.571 - Conjunto 1 :: Lourdes

30.140.081 :: Belo Horizonte :: MG

www.desban.org.br